

# DIAGNÓSTICO E PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



ZONA ESPECIAL DE INTERESSE  
SOCIAL LAGAMAR



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE**

**DIAGNÓSTICO E PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL LAGAMAR**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

**REITOR**

Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio

**VICE-REITOR**

Hidelbrando dos Santos Soares

**COORDENADOR-GERAL DO PROJETO**

Hidelbrando dos Santos Soares

**COORDENADORA DO CADERNO**

Maria Socorro Ferreira Osterne

**Material elaborado através do TDCO nº 001/2019/CIDADES/ FUNECE em parceria  
com o IPLANFOR**

## **EQUIPE TÉCNICA VINCULADA AO PROJETO**

Hidelbrando dos Santos Soares – Coordenador-Geral  
Augusto Reinaldo Pimentel Guimarães – Coordenador-Geral (agosto de 2019 a novembro de 2019)  
Ana Augusta Ferreira de Freitas – Coordenadora de Caderno  
Daniel Gonçalves Rodrigues – Coordenador de Caderno  
Davis Pereira de Paula – Coordenador de Caderno  
Frederico de Holanda Bastos – Coordenador de Caderno  
Hermano José Batista de Carvalho – Coordenador de Caderno  
Maria do Socorro Ferreira Osterne – Coordenadora de Caderno  
Roberta Nunes – Pesquisadora Plena e Responsável pelo Caderno de Normatização  
Abner Monteiro Nunes Cordeiro – Pesquisador Sênior  
Eduardo Lacerda Barros – Pesquisador Sênior  
Francisco José Maciel de Moura - Pesquisador Sênior  
João Sérgio Queiroz de Lima – Pesquisador Sênior  
Lise Mary Soares Souza – Pesquisadora Sênior  
Maria Zelma de Araújo Madeira – Pesquisadora Sênior  
Nilo Alves Júnior – Pesquisador Sênior  
Rodrigo Guimarães de Carvalho – Pesquisador Sênior  
Samuel Façanha Câmara – Pesquisador Sênior  
Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra – Pesquisadora Sênior  
Alyne Bezerra Tabosa de Holanda – Pesquisadora Plena  
Aryberg de Souza Duarte – Pesquisador Pleno  
Daiane Daine de Oliveira Gomes – Pesquisadora Plena  
Edmundo Rodrigues de Brito – Pesquisador Pleno  
Elane Mendonça Conde Carneiro – Pesquisadora Plena  
Fátima Regina Lopes Brandão – Pesquisadora Plena  
Felipe Gerhard Paula Sousa – Pesquisador Pleno  
Fernanda de Figueiredo Marques Mattos – Pesquisadora Plena  
Fernando Antônio Alves dos Santos – Pesquisador Pleno  
João Capistrano de Abreu Neto – Pesquisador Pleno  
Lucas Lopes Ferreira de Souza – Pesquisador Pleno  
Luiz Carlos Prata Regadas – Pesquisador Pleno  
Mariana Maia Bezerra – Pesquisadora Plena  
Michelle do Carmo Sobreira Domingues – Pesquisadora Plena  
Pedro Almi da Costa Freire – Pesquisador Pleno  
Thais Oliveira Ponte – Pesquisadora Plena  
Thiago Ayres Barreira de Campos Barros – Pesquisador Pleno  
Tiago Amorim Nogueira – Pesquisador Pleno  
Andrea César da Silveira – Pesquisadora Júnior  
Brena Kelle Carneiro Vasconcelos – Pesquisadora Júnior  
Daniel dos Reis Cavalcante – Pesquisador Júnior  
David Hélio Miranda de Medeiros – Pesquisador Júnior

Denis Barbosa de Lima – Pesquisador Júnior  
Domingos Albano Matos Menezes – Pesquisador Júnior  
Dyego Moraes Silva – Pesquisador Júnior  
Elizangela da Cruz Barros – Pesquisadora Júnior  
Emilio Tiago Vasconcelos dos Santos – Pesquisador Júnior  
Eurides Melo Almeida – Pesquisadora Júnior  
Francisco George Urbano Melo – Pesquisador Júnior  
Francisco Oricélio da Silva Brindeiro – Pesquisador Júnior  
Georgia Alencar de Andrade – Pesquisadora Júnior  
Giovanna Luiza Pinheiro Brito – Pesquisadora Júnior  
Gisele Vasconcelos Cordeiro – Pesquisadora Júnior  
Jéssica Chaves Ribeiro – Pesquisadora Júnior  
Leonardo David Ribeiro – Pesquisador Júnior  
Lúcia de Fátima Bezerra Wirtzbiki – Pesquisadora Júnior  
Luciana Sousa Mendes – Pesquisadora Júnior  
Margarida Kézia de Sousa Pinto – Pesquisadora Júnior  
Mayara Rocha Coelho – Pesquisadora Júnior  
Michaela Farias Alves – Pesquisadora Júnior  
Patricia de Melo Rodrigues – Pesquisadora Júnior  
Patrícia Maria Apolônio de Oliveira – Pesquisadora Júnior  
Pedro Vitor Monte Rabelo – Pesquisador Júnior  
Rafael Nogueira Rocha – Pesquisador Júnior  
Rafaela Cajado Magalhães – Pesquisadora Júnior  
Raul da Franca Alencar – Pesquisador Júnior  
Rômulo Martins de Medeiros – Pesquisador Júnior  
Thiago Martins de Moraes – Pesquisador Júnior  
Thiago Matheus de Paula Sousa – Pesquisador Júnior  
Ticiane Rodrigues Nunes – Pesquisadora Júnior  
Vita Caroline Mota Saraiva Quinderé – Pesquisadora Júnior  
Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão – Pesquisadora Júnior  
Willia Maria Lima Peixoto – Pesquisadora Júnior  
Alisson Freitas da Silva – Bolsista de Iniciação Científica  
Francisca Fabrícia de Sousa Oliveira – Bolsista de Iniciação Científica  
Francisco Mario Carneiro da Silva – Bolsista de Iniciação Científica  
Hermerson Gustavo dos Santos Soares – Bolsista de Iniciação Científica  
Iara Pereira dos Reis – Bolsista de Iniciação Científica  
Icleane Pinheiro de Carvalho – Bolsista de Iniciação Científica  
Isadora Moura Rodrigues Freitas – Bolsista de Iniciação Científica  
Jéssica Clara da Silveira – Bolsista de Iniciação Científica  
João Oscar de Oliveira Filho – Bolsista de Iniciação Científica  
Laiça Vitória da Silva Limeira – Bolsista de Iniciação Científica  
Lara Lima Lourenço – Bolsista de Iniciação Científica  
Lucas Honório Magalhães – Bolsista de Iniciação Científica  
Marina Lima da Silva – Bolsista de Iniciação Científica

Mateus Cavalcante de Sousa Lima – Bolsista de Iniciação Científica  
Matheus Dayson de Sousa Vasconcelos – Bolsista de Iniciação Científica  
Pablo de Moura Rodrigues – Bolsista de Iniciação Científica  
Paula Carolina de Freitas Souza – Bolsista de Iniciação Científica  
Rachel Maria Félix Monteiro – Bolsista de Iniciação Científica  
Samira Almeida de Souza – Bolsista de Iniciação Científica  
Antônia Eliene Brito de Paula – Articuladora de Campo  
Emanuel Costa Maranhão – Articulador de Campo  
José Maria Tabosa – Articulador de Campo

Sarah Diva da Silva Ipiranga- Responsável pela revisão textual



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria das Cidades*

**EQUIPE TÉCNICA - Secretaria das Cidades**

**- Secretário das Cidades:**

José Jácome Carneiro Albuquerque

**- Secretário Executivo de Habitação e Desenvolvimento Urbano:**

Marcos César Cals de Oliveira

**- Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna**

Carlos Edilson Araújo

**- Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano – CODUR**

**Coordenador:** Bruno César Nobre

**Assistente Técnica:** Andrezza de Freitas Guimarães

**- Coordenadoria de Regularização Fundiária – COREF**

**Coordenador:** Ricardo Durval Eduardo de Lima



## **EQUIPE TÉCNICA - Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR)**

### **Superintendente:**

Eudoro Walter de Santana

### **Superintendente Adjunto:**

Mário Fracalossi Júnior

### **Diretoria de Articulação e Integração de Políticas (DIART):**

Diretora: Juliana Mara de Freitas Sena Mota

### **Gerência de Integração de Políticas Públicas:**

Gerente: Joana e Silva Bezerra Kesselring

### **Gerência de Políticas para Zonas Especiais:**

Gerente: Natália Nunes Saraiva

### **Analistas de Planejamento e Gestão:**

Armando Elísio Gonçalves da Silveira

Gérsica Vasconcelos Goes

Haroldo Lopes Soares Filho



## **CONSELHO GESTOR DA ZEIS LAGAMAR**

### **Segmento Sociedade Civil**

Adriana Gerônimo Vieira Silva – Titular  
Regina Jaqueline da Silva – Titular  
Maria Paula Rodrigues da Costa – Titular  
Maria Lucélia Alves Pires – Titular  
Francisco Allef Fragoso Bezerra – Titular  
Maria de Fátima Alfredo Alves – Titular  
Neliana Pinto Alencar – Titular  
Rodrigo Paulino do Nascimento – Suplente  
Iara Andrade Guedes – Suplente  
Francisca Coelho de Freitas – Suplente  
José Marvem Queiroz Silvino – Suplente  
Francisco Paulo de Almeida – Suplente

Fundação Marcos de Bruin – Org. Civil

### **Segmento Poder Público**

Coordenadoria Especial de Participação Social - CEPES  
Gabinete do Prefeito - GABPREF  
Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR  
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA  
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR  
Secretaria Regional VI – SR VI

Câmara Municipal de Fortaleza - CMFOR

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório é parte integrante do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Lagamar. O PIRF, instrumento previsto no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, consiste em um plano de regularização fundiária elaborado a partir de uma abordagem sistêmica, envolvendo análises do processo de ocupação do território e integração de políticas econômicas, fundiárias, ambientais e urbanísticas. O plano foi desenvolvido de forma democrática e interativa e contou com a colaboração dos moradores da ZEIS Lagamar.

O trabalho é resultado de uma parceria interinstitucional entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, via Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), o Governo do Estado do Ceará, via Secretaria das Cidades, e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), representada por sua equipe técnica instituída pelo então Reitor José Jackson Coelho Sampaio, em 2019.

Em um breve relato, as tratativas desse projeto na UECE iniciaram-se ainda em 2018, sob a coordenação do Prof<sup>o</sup> Dr. Hermano José Batista de Carvalho, pessoa responsável pela articulação inicial entre as instituições envolvidas, bem como pela redação da proposta da UECE em atenção à demanda feita pelo IPLANFOR. Entre 2018 e os primeiros seis meses do ano de 2019, diversas reuniões de aperfeiçoamento da proposta foram conduzidas pelo Prof. Hermano Batista e a equipe técnica do IPLANFOR, nomeada pelo seu superintendente, o Ilmo. Sr. Eudoro Walter de Santana. Em agosto de 2019, após quase um ano de construção da proposta, teve início o período de execução por meio do trabalho da equipe técnica da UECE. Nesse período deu-se início aos trabalhos das equipes juntamente com a comunidade no território da ZEIS Lagamar.

No dia 22 de agosto de 2019, o Magnífico Reitor da UECE, Prof. Jackson Coelho Sampaio, recebeu as lideranças da ZEIS Lagamar para uma acolhida institucional, reforçando os laços e compromissos da instituição com o desenvolvimento pleno do PIRF. Também estavam presentes os parceiros interinstitucionais - Hidelbrando Soares (UECE), Eudoro Walter de Santana (IPLANFOR), Paulo Henrique Lustosa (Secretaria das Cidades), os membros da equipe técnica da UECE, pró-reitores, diretores de Centro e o Chefe de Gabinete.

Por ocasião desse primeiro contato oficial entre os interessados no PIRF, o Prof. Augusto Reinaldo Pimentel Guimarães, então coordenador-geral pela UECE, deu por iniciadas as atividades oficiais da UECE no desenvolvimento do PIRF da ZEIS Lagamar. Ainda no transcorrer dos meses do segundo semestre de 2019, os Planos de Trabalho foram aprovados pelo Conselho Gestor, tendo início a etapa de confecção dos cadernos temáticos, agora sob a coordenação-geral do Prof. Hidelbrando Soares, que orientou as fases seguintes até a aprovação final de todos os cadernos pelo Conselho Gestor.

Ciente da importância desse projeto na tentativa de contribuir com o planejamento de uma cidade sustentável e com maior equidade social, o grupo da UECE estabeleceu prioridade total para a sua execução com a efetiva participação das comunidades e amparo científico necessário na mediação de interesses antagônicos, visando a garantir, da maneira mais viável possível, o estabelecimento de estratégias objetivas de regularização fundiária para as comunidades envolvidas.

No momento em que a Universidade Estadual do Ceará (UECE) finaliza o projeto com a entrega do produto final, registramos a honra de ter participado dessa iniciativa de profundo interesse comum para a consolidação da cidadania no município de Fortaleza. Nas palavras do Profº Hidelbrando dos Santos Soares:

A UECE tem muito orgulho de participar desse trabalho que, com certeza, será fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de Fortaleza, com impactos diretos na qualidade de vida da população. O trabalho realizado pelos pesquisadores envolvidos com esse projeto se diferencia por ajudar o poder público a pensar fora do senso comum, mas sem ignorar as demandas das comunidades e dos grupos que habitam esses locais.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Equipe responsável pelo Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social e membros do Conselho Gestor do Lagamar .....</b>	<b>144</b>
<b>Figura 2 – Integrantes do Caderno de Participação Comunitária, do Caderno de Geração de Trabalho e Renda e do Caderno Urbanístico entrevistam moradores do Lagamar .....</b>	<b>16</b>
<b>Figura 3 - Ex-líderes comunitárias recebem a Equipe do Caderno Social e relatam sobre a história de luta da comunidade em busca de melhorias .....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 4 - Pesquisadoras da UECE conversam com moradoras do Lagamar que são integrantes do Grupo de Idosas do CRAS .....</b>	<b>46</b>
<b>Figura 5 - Integrante do Caderno Social apresentando a pesquisa para a comunidade .</b>	<b>54</b>
<b>Figura 6 - Integrante do Caderno Social apresentando a pesquisa para a comunidade .</b>	<b>57</b>
<b>Figura 7 - Educadores da FACC, crianças integrantes do Conselhinho e Equipe do Caderno Social em uma das visitas dos pesquisadores às instituições do Lagamar .....</b>	<b>599</b>
<b>Figura 8 - Sala da Favelafro, na Fundação Marcos de Bruin .....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 9 - Diálogos Urbanísticos Sociais .....</b>	<b>75</b>

## SUMÁRIO

<b>1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>13</b>
1.1 PERCURSO DE APROXIMAÇÃO COM OS TERRITÓRIOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS .....	13
1.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES .....	13
1.3 METODOLOGIA, CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTAIS .....	13
1.4 CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	18
<b>2. DIAGNÓSTICO DAS HISTÓRIAS, LUTAS E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS .....</b>	<b>20</b>
2.1. CARACTERIZAÇÃO DA ZEIS DO LAGAMAR .....	20
2.2. HISTÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS .....	31
<b>3. MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS .....</b>	<b>38</b>
3.1 POTENCIALIDADES E DESAFIOS .....	48
3.2 NECESSIDADES E LUTAS .....	49
<b>4. CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS: DOS DESAFIOS À ARTICULAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA .....</b>	<b>51</b>
<b>5. PROPOSTAS PARA O PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL .....</b>	<b>55</b>
5.1 FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO .....	56
5.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DE LIDERANÇAS E SUJEITOS SOCIAIS .....	69
5.3 ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PARCERIAS .....	81
5.4 OUTRAS PROPOSTAS .....	88
<b>5.4.1 Indicadores propostos pela equipe técnica .....</b>	<b>93</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>97</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>99</b>
APÊNDICE A .....	100
APÊNDICE B .....	101

## **1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **1.1 PERCURSO DE APROXIMAÇÃO COM OS TERRITÓRIOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS**

### **1.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES**

O Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social está de acordo com o Projeto de Referência/Projeto Básico aprovado pelo IPLANFOR para a ZEIS Lagamar. Sua constituição dá-se através da construção e participação conjunta com o Conselho Gestor da ZEIS Lagamar, com os(as) moradores(as) e com as associações/organizações coletivas representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação e execução do Plano Integrado de Regularização Fundiária. O cerne dessas ações visa ao fortalecimento das organizações comunitárias do bairro e à garantia do direito à cidade sustentável.

No desenvolvimento do presente trabalho, primou-se pela postura profissional e ética no trato com as questões comunitárias, respeitando as culturas e a diversidade, pelo estabelecimento de um processo de aprendizagem e construção conjunta do conhecimento e pela elaboração de estratégias de ação condizentes com as necessidades da comunidade. Tais pressupostos compõem os princípios norteadores desse trabalho que, desde o início até a sua finalização, pautou as ações dos(as) pesquisadores(as) na sua relação com o campo de trabalho objeto da pesquisa.

### **1.3 METODOLOGIA, CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTAIS**

A metodologia caracterizou-se, inicialmente, por uma série de atividades relativas ao planejamento do trabalho a ser realizado, bem como pelos meios de acompanhamento e indicadores de avaliação do processo. Realizaram-se estudos e pesquisas sobre as atividades e propostas metodológicas para a execução do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social do Plano Integrado de Regularização Fundiária.

Inicialmente, buscou-se estudar o “Plano de Trabalho de Estudo e Elaboração do Plano Integrado de Regularização Fundiária das ZEIS Prioritárias do Lagamar, do Moura

Brasil e do Pirambu”, e conhecer todo o processo de trabalho, seu desenvolvimento e *modus operandi*.

Procedeu-se na sequência, juntamente com a equipe técnica e coordenação geral do caderno, à divisão das equipes responsáveis pelas ações em cada comunidade. Buscou-se, então, conhecer cada membro do grupo responsável pela execução do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social na comunidade do Lagamar. Nesse grupo, composto por cinco pesquisadores(as) - Lise Mary Soares Souza, Elane Mendonça Conde Carneiro, Mayara Rocha Coelho, Paula Carolina de Freitas Souza e Pablo de Moura Rodrigues - foi possível identificar os conhecimentos, as habilidades e as aptidões dos membros que compõem a equipe técnica responsável pelo Lagamar.

**Figura 1 - Equipe responsável pelo Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social e membros do Conselho Gestor do Lagamar**



Fonte: acervo da equipe.

Posteriormente, deu-se início ao planejamento do roteiro para a aproximação teórica com a realidade através do levantamento bibliográfico, documental, infográfico, dentre outros, visando a resgatar informações sobre a comunidade, sua história, cultura, lutas sociais, equipamentos, atores, atividades socioeconômicas, área geográfica, censo comunitário, organizações não governamentais, índice de violência etc. Buscou-se, da mesma forma,

identificar as principais lideranças do Conselho Gestor do Lagamar e respectivos contatos para posterior aproximação. Efetuaram-se também estudos apurados sobre as possíveis metodologias a serem desenvolvidas ao longo do processo.

Ademais, fez-se um planejamento do roteiro com estratégias de aproximação com a comunidade, visando à escuta a respeito das concepções sobre o bairro, suas necessidades, principais problemas e desafios a enfrentar. Essa construção possibilitou a formulação do Plano de Ação do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, delineando os princípios norteadores, o escopo e o cronograma da proposta a fim de apresentar à comunidade.

Em todos os momentos, a referida equipe esteve em campo para reuniões com o Conselho Gestor do Lagamar. Nessas ocasiões, foram apresentados, para análise, discussão e aprovação, o plano de trabalho, os instrumentais e as formas de inserção na comunidade. Tais instrumentais - correspondentes à fase de diagnóstico - diziam respeito aos questionários para a aproximação com a realidade. O primeiro instrumental (APÊNDICE A) buscou destacar os seguintes aspectos: história da comunidade, contexto do surgimento e principais fatos ocorridos no período; localização e características; caracterização dos(as) moradores(as); pontos positivos e negativos da comunidade; caracterização social da área e da população; características do convívio urbano; histórico de luta; estigmas vivenciados; principais ocupações.

O segundo instrumental (APÊNDICE B), por sua vez, objetivou elencar os itens relativos à descoberta das principais lideranças comunitárias, através do levantamento dos equipamentos sociais existentes no bairro e suas respectivas coordenações; identificar os principais movimentos sociais do bairro e representantes comunitários, os principais microterritórios (Cidade de Deus, Salgadeira, Favelinha etc.) e suas respectivas lideranças, oportunizando, assim, a criação de estratégias para o contato com as lideranças. A coleta de dados, portanto, foi formulada e estruturada a partir de questionários semiestruturados que viabilizaram a realização de entrevistas individuais e coletivas, possibilitando, dessa maneira, a discussão conjunta sobre a pesquisa em questão.

Foram ainda elaboradas perguntas relativas aos principais itens que o Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social deveria abranger, tais como as estratégias e ações de fortalecimento das organizações existentes no bairro, as capacitações para lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária, os programas



educativos existentes na comunidade, as responsabilidades individuais e coletivas dos(as) beneficiários(as) dos serviços e dos equipamentos implantados e as parcerias realizadas pelos grupos com as instituições sociais.

Ademais, os membros do nosso grupo de trabalho participaram de eventos, como a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, para discutir as problemáticas enfrentadas pelas comunidades atingidas pela obra do Veículo Leve sobre Trilho (VLT). Tal participação foi fundamental para a inserção e o acompanhamento das lutas comunitárias, compreendendo-as de forma mais intrínseca.

As atividades desenvolvidas junto à comunidade do Lagamar e que compuseram o início da fase de diagnóstico, propostas pelo Plano de Ação do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, envolveram a inauguração do escritório de campo, as oficinas de mapeamento com representantes de todos os cadernos e a realização dos Diálogos Urbanísticos e Sociais. Além disso, foram organizadas reuniões com as coordenações dos cadernos, bem como reuniões internas com a equipe do Lagamar e com a coordenação geral do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social a fim de discutir e articular os desafios emergentes e adequar a metodologia à realidade vivenciada.

**Figura 2 – Integrantes do Caderno de Participação Comunitária, do Caderno de Geração de Trabalho e Renda e do Caderno Urbanístico entrevistam moradores do Lagamar**



Fonte: acervo do Caderno de Trabalho e Renda.

Objetivando possibilitar uma maior participação comunitária, os Diálogos Urbanísticos e Sociais foram definidos em cada um dos sete territórios especificados pelo Conselho Gestor. Todavia, ao longo do processo, percebeu-se a pouca participação dos sujeitos sociais, contexto que estimulou a elaboração de novas formas de acesso aos(as) moradores(as) da comunidade.

A partir disso, foi escolhida uma nova metodologia que permitisse ser possível entrevistar os(as) moradores(as). O método amostragem por bola de neve foi utilizado para identificar as pessoas da comunidade que pudessem responder aos assuntos que são o foco dessa pesquisa (história do bairro, programas educativos, sugestões para melhorias etc.).

O referido método tem como primeiro passo “encontrar indivíduos pertencentes à população-alvo do estudo” (DEWES, 2013, p. 10). Por fazerem parte deste grupo alvo, os indivíduos conhecem a comunidade e indicam outros indivíduos que podem também ser úteis à pesquisa, pois, como afirma Dewes (2013, p. 10), “O método de abordagem em bola de neve pressupõe que há uma ligação entre os membros da população dado pela característica de interesse, isto é, membros da população são capazes de identificar outros membros da mesma”. Geralmente, essa metodologia é bem-sucedida em pesquisas qualitativas e exploratórias.

Nesse sentido, realizou-se uma inserção direta na comunidade, em que foram efetuadas entrevistas individuais com representantes indicados pela própria comunidade, assim como com sujeitos e profissionais que trabalham no campo das políticas públicas, os quais estavam vinculados às seguintes instituições: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Frente de Assistência à Criança Carente (FACC), Secretaria da Cultura de Fortaleza, Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

Ademais, efetuaram-se, também, visitas e entrevistas coletivas com o grupo de jovens da FAAC, com o Conselhinho I e o Conselhinho II - grupo formado por crianças -, grupo de idosos do CRAS, membros da Cooperativa Favelafro e o Conselho Gestor do Lagamar. Diários de campo foram utilizados para o relato das experiências vivenciadas.

Além do CRAS e da FAAC, já citados, representantes das seguintes Organizações/Associações do Lagamar também participaram das entrevistas: Fundação Marcos de Bruin (FMB); Frente Beneficente para a Criança; Salão São Francisco; Jovens em Busca de Deus (JBD); Associação da Cidade de Deus; Favelafro; Associação dos Moradores do Lagamar (AML); Coletivo Flor do Asfalto; Movimento Garrincha. Todo esse trabalho

contou com o apoio das mobilizadoras sociais, alunas da Universidade Estadual do Ceará que residem no bairro.

Essa decisão metodológica propiciou o conhecimento precípuo das duas gerações de lideranças do Lagamar (tanto as que atuaram a partir da década de 1960, quanto as lideranças atuais), além de contemplar os(as) diversos(as) moradores(as) que desejavam participar da pesquisa. Desse modo, como resultado, setenta e seis moradores(as) - dentre eles(elas), líderes comunitários, integrantes de movimentos sociais, associações e demais organizações coletivas do bairro e moradores(as) residentes no Lagamar -, puderam participar ativamente da construção do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social. O Quadro 1, na página a seguir, apresenta com mais detalhes as entrevistas individuais e coletivas realizadas.

#### 1.4 CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A etapa de consolidação e análise dos dados se orientou inicialmente para a realização de atividades de transcrição das entrevistas e a sistematização do material colhido na comunidade do Lagamar. A partir do roteiro prévio, anteriormente estabelecido pela coordenação do caderno, foram delineados os principais aspectos a serem considerados na escrita do documento e que compõem o diagnóstico da trajetória de luta da comunidade. Na sequência, passou-se à etapa de análise dos dados. As propostas de ação previstas no Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social foram também compiladas e estão explicitadas no item 4 desse documento.

**Quadro 1 – Entrevistas Coletivas e Individuais**

<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>ENTREVISTADOS (AS)</b>	<b>LOCAL</b>	<b>Nº</b>
16/10/2019	Oficina dos mapas	Comunidade	Fundação Marcos de Bruin	5
21/10/2019	Diálogos Urbanísticos e Sociais	Comunidade	Escola N. S. do Sagrado Coração	2
22/10/2019	Diálogos Urbanísticos e Sociais	Comunidade	CEI Almerinda de Albuquerque	3
04/11/2019	Entrevista Coletiva Grupo de Idosos	Idosos	CRAS	30
04/11/2019	Entrevista Individual	Patrícia	CRAS	1
05/11/2019	Entrevista Individual	Adriana	Salgadeira	1
05/11/2019	Entrevista Individual	Cristina	Salgadeira	1
05/11/2019	Entrevista Individual	Josefa	Salgadeira	1
05/11/2019	Entrevista Individual	Dona Lúcia	Salgadeira	1
05/11/2019	Entrevista Individual	Ana	Salgadeira	1
06/11/2019	Entrevista com as costureiras da Cooperativa Favelafro	Costureiras	Fundação Marcos de Bruin	2
06/11/2019	Entrevista Individual	Dona Lourdes	Casa da Dona Lourdes	1
07/11/2019	Entrevista Individual	Motoca	Casa do Motoca	1
11/11/2019	Entrevista Coletiva	Dona Iracema, Dona Maria do Rosário e Dona Lourdes	Casa da Dona Lourdes	2
12/11/2019	Entrevista Individual	Del	FACC	1
12/11/2019	Entrevista Individual	Donato	FACC	1
12/11/2019	Entrevista Individual	Mônica	FACC	1
19/11/2019	Entrevista Coletiva na FAAC	Conselhinho I	FACC	6
19/11/2019	Entrevista Individual	Edglê	FACC	1
25/11/2019	Entrevista Coletiva na FAAC	Conselhinho II	FACC	7
25/11/2019	Entrevista Coletiva na FAAC	Jovens	FACC	9
05/12/2019	Entrevista Individual	Maria do Carmo	Casa da Maria do Carmo	1
05/12/2019	Entrevista Individual	Paulinha	Casa da Maria do Carmo	1
16/12/2019	Entrevista Individual	Dona Raimunda Chaves	Casa da Raimunda Chaves	1
19/12/2019	Entrevista Coletiva	Conselho Gestor	Sede JBD	3
<b>Total</b>				<b>84</b>

Fonte: elaboração da equipe.

## **2 DIAGNÓSTICO DAS HISTÓRIAS, LUTAS E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS**

### **2.1. CARACTERIZAÇÃO DA ZEIS DO LAGAMAR**

O estabelecimento de uma ZEIS implica a legitimação da exigência de que o poder público atue de forma incisiva na regularização fundiária e urbanística e que promova a legalização de títulos de propriedade aos(as) moradores(as), a adequação das ocupações irregulares aos padrões urbanísticos em voga na letra da lei e benefícios para os habitantes da localidade, nas áreas de habitação, saúde, educação, geração de trabalho e renda, dentre outras.

Segundo Gomes (2013), a cidade de Fortaleza foi dividida em zonas e o Plano Diretor Participativo de Fortaleza determinou usos permitidos ou proibidos e parâmetros específicos de parcelamento do solo e construção. Ressalte-se ainda que as ZEIS são categorizadas por tipos: 1 e 2 de ocupação (conjuntos habitacionais irregulares e loteamentos clandestinos), e tipo 3, áreas de vazios ou subutilizadas.

A ZEIS 1 do Lagamar localiza-se em porções dos bairros São João do Tauape e Alto da Balança, nas áreas de abrangência, respectivamente, das Secretarias Executivas Regionais (SER) II e VI. É constituída por dois assentamentos, o Lagamar (Regional II) e o Santo Expedito (Regional VI). Situada numa região central, às margens da BR-116, nas proximidades da Avenida Raul Barbosa e do Aeroporto Internacional Pinto Martins, a ZEIS 1 Lagamar possui fácil acesso aos bairros com alta infraestrutura, como Aldeota, Dionísio Torres, Fátima e Edson Queiroz.

A ZEIS, instrumento de política pública urbana, constituiu-se com muita pressão do movimento popular do Lagamar, ora na Câmara, ora na Prefeitura. Desde 2005, os(as) moradores(as) do Lagamar retomaram as ações de mobilização, organização comunitária e participação na deliberação popular sobre a cidade, inserindo-se no orçamento participativo e nos Conselhos de Desenvolvimento Social e de Segurança Pública. Reunindo-se na Fundação Marcos de Bruin, os agentes sociais do Lagamar participaram de audiências públicas para elaboração do Plano Diretor, discutindo os artigos propostos. Esperava-se que, com a aprovação do Plano, o Lagamar seria uma das ZEIS.

No entanto, no texto da lei do Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal de Fortaleza em 2008, o Lagamar foi a única área não incluída como ZEIS, o que trouxe grande

revolta à comunidade e acarretou o aumento da mobilização dos sujeitos sociais, que reconheceram mais ainda a importância da sua participação.

As lideranças comunitárias e as entidades não governamentais existentes no bairro buscaram apoio de outros setores da comunidade cearense para aprofundar o debate sobre as ZEIS e divulgar as demandas do Lagamar. Projetos de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC) estiveram presentes, tais como Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária (NAJUC), Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU), Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) e Laboratório de Estudos sobre a Consciência (LESC), e auxiliaram os(as) moradores(as) na realização de atividades que objetivavam explicar e aprofundar temáticas relacionadas às ZEIS. Atividades culturais e debates fizeram parte destes momentos e fortaleceram a comunidade.

A Grande Marcha pela ZEIS do Lagamar, que ocorreu em 17 de novembro de 2009, foi um marco representativo desse movimento. Nessa ocasião, a comunidade, os estudantes e os(as) apoiadores(as) fizeram uma caminhada pela Avenida Borges de Melo em direção à Câmara Municipal de Fortaleza, exigindo a aprovação da Lei Complementar que incluiria a comunidade do Lagamar como uma ZEIS de Fortaleza:

Durante todo o ano de 2009 e parte de 2010 ocorreram manifestações, passeatas, realização de notas públicas, atos internos na comunidade, muitas reuniões com a Prefeitura, com agentes externos apoiadores, até que em março de 2010 fosse aprovada a Lei Complementar 76/2010, criando a ZEIS do Lagamar, como será discutido adiante (GOMES, 2012, p. 126).

As lutas comunitárias anteriores e a marcha de luta para se tornarem uma zona especial ZEIS geraram a tão requerida inclusão do Lagamar na categoria desejada. No entanto, elas não terminaram aí. Os(as) moradores(as) passaram a lutar para ter acesso ao mapa e ao perímetro exato da ZEIS, que só ocorrerá em junho de 2010. Vale ressaltar que tal perímetro não correspondia ao projeto inicial que vinha sendo discutido com a Prefeitura desde 2008, antes, portanto, da publicação do Plano Diretor, tendo sido excluídos alguns grandes terrenos vazios dentro do Lagamar.

A razão técnica para a exclusão desses terrenos não foi apresentada aos moradores, e permanece sem explicação. O fato de tais áreas não poderem ser utilizadas para as reformas e melhorias advindas das ZEIS consiste em uma perda para os moradores, pois os terrenos vazios da área poderiam servir para a possível realocação de famílias que vivem em área de risco, quando forem iniciadas as obras de regularização urbanística na ZEIS. Ocorre que se tais terrenos, estando fora da ZEIS, não estão sujeitos aos parâmetros a serem definidos na regularização urbanística, provavelmente não haverá diminuição de seu valor no mercado imobiliário, o que tornará mais onerosa sua aquisição pelo município em benefício das famílias (GOMES, 2013, p. 154).

O processo de constituição da ZEIS do Lagamar não foi sem tensões e lutas. Conforme define o Decreto Municipal nº 14.211, o Conselho Gestor deve estar presente na aprovação e formulação de ações e planos no território da ZEIS, pois ele é imprescindível para o seu processo de regulamentação.

Em Fortaleza, foram eleitos, ao total, 137 conselheiros(as) (titulares e suplentes) com representação paritária de moradores(as) e de órgãos da Prefeitura Municipal. Assim, o Conselho não foi criado pelos(as) moradores(as), mas é um órgão deliberativo que funciona com e a partir dos(as) moradores(as).

Muitos dos depoimentos para este Caderno ressaltaram que a Fundação Marcos de Bruin é uma das entidades mais atuantes na luta pela ZEIS Lagamar. As autoras Veras e Freitas (2019, p. 5181), ao explicarem sobre a participação popular no Plano Diretor 2019, colocam: “No caso específico do Lagamar, a Fundação Marcos de Bruin toma frente a esse processo. Sua equipe conta com moradores e o apoio de arquitetos urbanistas que auxiliarão em assuntos técnicos relacionados ao Plano Integrado de Regularização Fundiária”.

Sendo o Conselho Gestor um dos mecanismos primordiais para o PIRF, é necessário lembrar o que traz o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza:

Art. 268. Deverão ser constituídos, em todas as ZEIS 1 e 2, Conselhos Gestores compostos por representantes dos atuais moradores e do Município, que deverão participar de todas as etapas de elaboração, implementação e monitoramento dos planos integrados de regularização fundiária.

O Lagamar foi uma das poucas ZEIS em que houve uma movimentação ainda em 2011 para eleição de um Conselho Gestor, que não chegou a ser efetivado. Apesar de não efetivado neste ano citado, o fato de já terem se mobilizado para que isso ocorresse demonstra como a referida comunidade estava engajada para participar ativamente das decisões sobre o território.

Salienta-se que o Lagamar não foi reconhecido como ZEIS pelo Plano Diretor de 2009, isso ocorreu apenas no ano seguinte devido à pressão popular, que resultou na Lei Complementar nº 0076, responsável por inserir a referida comunidade como Zona Especial de Interesse Social. Gomes (2013) explica que, apesar da demora na inclusão como ZEIS,

Nos anos de 2010 e 2011, o Fórum da ZEIS do Lagamar promoveu discussões sobre o significado desse instrumento urbanístico, enquanto possibilidade de controle social das políticas públicas dentro da ZEIS. Especialistas das áreas do Direito e da Arquitetura, alguns inclusive técnicos da Prefeitura Municipal, prestaram esclarecimentos sobre o papel do Conselho Gestor, suas atividades, os direitos e deveres dos conselheiros, e ainda sobre o processo eleitoral de seus membros.

Alguns meses depois, a comunidade foi a primeira em Fortaleza a eleger seu Conselho Gestor (GOMES, 2013, p. 167).

Em 2018, o processo de eleição do Conselho Gestor do Lagamar se realizou a partir de uma nova mobilização dos(as) moradores(as) para eleição dos atuais representantes: a organização coletiva do bairro realizou várias atividades na comunidade, como reuniões de quarteirão. O Conselho Gestor exerce grande legitimidade frente ao conjunto de moradores(as) do Lagamar. Eles(as) consideram que, com a ZEIS, o poder público passa a ter a obrigação por lei de cuidar desse espaço, oferecendo qualidade de vida aos seus(suas) moradores(as).

Além do Conselho, o Fórum de Moradores, que antes era o Fórum Permanente da ZEIS, criado em 2010, esteve à frente de processos de resistência ligados ao espaço do Lagamar, como a abertura das passagens em nível do VLT, a urbanização do trilho e afins.

O Fórum foi e é uma importante ferramenta de mobilização dos(as) moradores(as). Um dos marcos de organização dele foi em 2010, com o “I Encontro Comunitário da ZEIS do Lagamar, mas desde 2009 com a realização das reuniões de quarteirão foi-se formando um grupo mais ou menos estável de pessoas” (GOMES, 2013, p. 142-143). Em suas reuniões, ainda segundo Gomes (2013), era comum que a maioria dos participantes fossem mulheres chefes de família, refletindo a luta comunitária do Lagamar de uma forma geral, já que as moradoras são as protagonistas dos processos de resistência da comunidade.

O papel do Fórum de Moradores fica mais explícito, pois ele consegue ampliar sua atuação e passa a ter mais moradores(as) participantes das reuniões, contando, comumente, com a presença de trinta pessoas. Diante da possibilidade de o Lagamar virar uma ZEIS, outros(outros) moradores(as) começaram a participar dos encontros: “Alguns desses momentos de maior expressividade foram o I e o II Encontro Comunitário da ZEIS do Lagamar, que foram também organizados pelo Fórum, e tiveram cerca de 150 a 200 participantes, respectivamente” (GOMES, 2013, p. 143).

A comunidade compreende que o Plano de Regularização Fundiária, o Plano de Urbanização, o Plano de Geração de Trabalho e Renda e o Plano de Desenvolvimento Comunitário e Organização Social são fundamentais para garantir que essa obrigação seja efetivada, uma vez que é um instrumento de luta e legitimação dos anseios do território do Lagamar. No entanto, percebe-se que nesse espaço contraditório a mobilização popular também sofre os seus reveses.



Sabe-se que o Lagamar foi pioneiro em relação à atuação popular em territórios de ZEIS. O Observatório das Metrópoles (2006) destaca que o avanço do bairro, apesar de ter se tornado uma ZEIS depois de todos os outros territórios, conseguiu eleger um Conselho Gestor antes das outras zonas especiais diante de muita luta. Além disso, há um histórico de resistência muito forte já nas décadas passadas. Ainda assim, afirma o Observatório (2006), há ameaças que atingem diretamente a vida dos(as) moradores(as):

Mesmo com todo o avanço no sentido do direito das famílias de permanecerem em seus locais de moradia, nos últimos anos, a comunidade foi alvo de várias tentativas de remoções devido a obras de mobilidade urbana propostas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e pelo Governo do Estado.

Uma das obras do Estado foi o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). A localização central e estratégica do Lagamar faz com que ele seja visado como local de investimentos para a chamada mobilidade urbana. Destaca-se que, além de o Lagamar fazer parte ou ser colado em bairros considerados “nobres”, tais como Dionísio Torres e São João do Tauape, a partir dele também é possível ter fácil acesso a outros bairros considerados importantes da capital cearense: Fátima, Aldeota, Aerolândia.

Vários(as) interlocutores(as) que entrevistamos para a elaboração deste Caderno ressaltaram que um dos pontos positivos do Lagamar é a localização central e os benefícios que isso acarreta. Gomes (2013) explica que essa é uma das qualidades mais importantes destacadas pelos(as) moradores(as) da comunidade, que consideram que o Lagamar é “perto de tudo” e possui opções numerosas de transporte público. Ao mesmo tempo, a autora explica:

Esses mesmos fatores, contudo, fazem com que o setor imobiliário tenha interesse na remoção da comunidade. O próprio Poder Público compartilha esse interesse, na medida em que a retirada de parte da ocupação dará espaço para a construção de grandes obras viárias como os viadutos na Avenida Raul Barbosa e a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), para privilegiar o acesso ao Estádio do Castelão e ao Aeroporto Internacional Pinto Martins, por ocasião da realização da Copa do Mundo de 2014 (GOMES, 2013, p. 80).

O Lagamar foi uma das 22 comunidades atingidas pelas obras de mobilidade para implantação do VLT, bem como pela construção de uma rotatória que pretendeu agilizar o trânsito nas proximidades. Nesse processo, foi a única comunidade que passou por urbanização no trecho do trilho, fruto de uma consulta popular articulada pelo Conselho Gestor da ZEIS. A respeito da Avenida Raul Barbosa, o poder público pretendia demolir mais de 350 casas, no entanto, somente 11 famílias foram removidas. A conquista para que essas mais de 300 famílias se mantivessem no território é resultante da resistência coletiva da

comunidade, que foi fruto da atuação direta do Conselho Gestor e do Fórum de Moradores do Lagamar:

No ano de 2012, ganhou destaque nas reuniões do Fórum e do Conselho a questão das remoções de famílias em virtude da obra do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), intervenção do Governo do Estado para a Copa de 2014, e da ampliação da Avenida Raul Barbosa, obra de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Fortaleza, também relacionada à Copa do Mundo. Novamente, aparecem como eventos mobilizadores as intervenções estatais de remoção, atual preocupação dos moradores [...] (GOMES, 2013, p. 209-210).

Posto isso, entende-se que diante de ameaças, principalmente as relacionadas à moradia, as lutas no Lagamar se reascendem; o incentivo para as mobilizações dá-se a partir justamente de obras ou ações externas que podem vir a atingir os(as) moradores(as) da comunidade.

A demora na regularização fundiária, as limitações que se fazem sentir no que tange à mobilização popular, a desarticulação entre lideranças e entidades do bairro são dificuldades percebidas na presente pesquisa no que tange à organização comunitária. As percepções dos(as) moradores(as) sobre as ZEIS são emblemáticas e o campo de luta envolve conflitos territoriais de toda a ordem, incluindo a disputa por terra e moradia. Tais aspectos, em linhas gerais, caracterizam a constituição da ZEIS do Lagamar.

Buscar-se-á, a partir desse ponto, efetuar o delineamento específico da área objeto de estudos desse Caderno.

Vale ressaltar que o Lagamar não é considerado oficialmente como um bairro, pois seu território está inserido em partes dos bairros da Aerolândia e São João do Tauape na outra margem. Assim, a comunidade também é atendida por duas Secretarias Executivas Regionais, respectivamente SER VI e SER II.

Sendo assim, a comunidade do Lagamar situa-se em quatro bairros, sendo eles Aerolândia, São João do Tauape, Pio XII e Alto da Balança, região que está próxima de grandes e estimados equipamentos urbanos, como o Aeroporto Internacional Pinto Martins, shoppings etc., incidindo sobre o território uma alta especulação imobiliária. Ademais, a comunidade cresceu em cima do Riacho Tauape, às margens do atualmente conhecido “Canal do Lagamar” (GOMES, 2012). Essa configuração promoveu uma grande divisão espacial no Lagamar, de forma que a comunidade tem a compreensão da existência de dois lados, o “lado de cima” e o “lado de baixo”. Contexto esse também percebido por Gomes (2012, p. 94):

[...] Geograficamente, há a grande divisão constituída pelo Canal que atravessa o Lagamar. Esse canal divide a localidade literal e simbolicamente entre “os de cima”

e “os de baixo”, ou o “Velho” e o “Novo Lagamar”. Expressões como “do lado de cá” e “do lado de lá” são frequentemente ouvidas no cotidiano dos moradores, tendo como referência justamente o canal.

O Lagamar, que tem uma população de 15.295 habitantes e uma área de 483.941,29 m<sup>2</sup>, é considerado uma das áreas de maior vulnerabilidade social de Fortaleza e se constitui em um assentamento precário que margeia os dois lados de um trecho do Rio Cocó, principal recurso hídrico da Bacia Metropolitana de Fortaleza. Incrustado no coração da cidade de Fortaleza, capital do Ceará, o Lagamar é caracterizado por compor um universo de favelas existentes na cidade, cujos habitantes vivem em condições de vida precárias e convivem com as contradições sociais inerentes aos centros urbanos.

Diante das intempéries do clima no sertão cearense, inúmeras famílias chegaram à Fortaleza no transcorrer da década de 1930 e ocuparam regiões, antes desabitadas, criando estratégias de sobrevivência e desenvolvendo vínculos territoriais, sociais, culturais e econômicos com a realidade local. Como afirma Rios (2014, p. 18), “A partir de abril de 1932, os trens que saíam do Sertão para Fortaleza transportavam uma impressionante quantidade de flagelados. De modo bastante recorrente, os jornais da Capital publicavam matérias sobre a chegada diária de centenas de retirantes”.

É nesse contexto que as primeiras ocupações são efetivadas na comunidade do Lagamar, cujo nome tem origem na expressão “Alagamar”, como Diógenes (1989, p. 70) discorre: “A área do ‘Lagamar’ inicialmente constituía-se de terrenos brejados, áreas de manguezais, e é bem por isso a origem do seu nome, advinda da expressão ALAGAMAR”. Desse modo, para que as casas fossem construídas, foi preciso que os(as) primeiros(as) moradores(as) aterrassem os terrenos. Em virtude disso, os impactos causados pelas chuvas estão presentes na vida dos(as) moradores(as) do Lagamar ao longo das décadas.

A centralidade da região, o acesso aos equipamentos sociais e a robusta mobilidade urbana para outros pontos de Fortaleza são aspectos considerados bastante potentes. Uma pesquisa realizada em 2012 também deslinda outros pontos satisfatórios, que foram conquistados ao longo de décadas, a partir de muitas lutas:

Para os moradores, parece ser claro que a melhoria de vida é resultado da união e da organização da comunidade [...] Apontam também como vitórias da comunidade a pavimentação, o saneamento básico e a drenagem de algumas ruas, o que também contribuiu para tornar menores os impactos das enchentes (GOMES, 2012, p. 90).

Ademais, a existência de microterritórios na comunidade é bastante evidente e exerce uma influência substancial na forma de organização do Lagamar. Consta atualmente a

demarcação de sete territórios, cada qual com suas particularidades. Alguns deles estão nomeados, tais como Salgadeira, Favelinha e Cidade de Deus. Todavia, as especificidades de cada zona implicam um complexo transitar de moradores(as) dentro da comunidade.

Nessa perspectiva, os territórios constituem produtos das ações dos indivíduos e dos grupos, e não apenas da ação estatal, e sua denominação e reconhecimento envolve conflitos entre os diferentes atores sociais envolvidos. Raffestin (1993) propõe uma análise do sistema territorial que compreenda as malhas, as redes e os nós em torno dos quais se constituem os territórios, entendendo que estes são essencialmente relacionais (GOMES, 2013, p. 93).

De fato, os microterritórios que compõem a ZEIS do Lagamar são caracterizados por especificidades socioeconômicas, condições materiais de existência e sociabilidades, como também envolvem relações de poder bem definidas (tráfico de drogas, violência urbana, disputa de facções, dentre outras), que mantêm a população muitas vezes sitiada e refém, o que acaba, por vezes, a interditar a mobilidade interna dos seus moradores.

Essa divisão em microterritórios não é, portanto, uma mera divisão física. Nela se fazem presentes as tensões entre grupos rivais disputando o domínio do tráfico, além de grupos inimigos em permanente conflito no entorno do canal.

Muitos relatos apontam para a questão da violência entre microterritórios como um desafio à organização comunitária: “A expressão ‘fronteira’ é recorrente no discurso dos moradores, e foi também identificada no estudo de Avelar (2007). A ideia é justamente a de ‘limite’, demarcando até onde é possível ir, e a partir de onde não é permitido circular” (GOMES, 2013, p. 97).

Vale ressaltar que a mídia destaca o Lagamar como um território violento, criando estigmas que acabam por colocar um véu sobre os reais problemas vividos ali, como a falta de infraestrutura urbana, social, econômica, de esporte e de lazer.

O território é composto por um grande número de domicílios sem saneamento básico, com edificações precárias, abrigando pessoas que se amontoam em pequenos espaços ou cômodos, muitas vezes sem condições de privacidade, higiene e salubridade. Por outro lado, o Lagamar também convive com espaços e moradias em melhores condições de salubridade, o que demonstra o grande campo de contradições sociais em que está inserido.

As condições socioeconômicas e políticas do Lagamar, na atualidade, têm algumas características peculiares, que foram comentadas pelos(as) entrevistados(as). Exemplificando, eles(as) denunciaram a dificuldade de locomoção e a precariedade das

habitações e das condições de saneamento, como também explicitaram questões sobre o cotidiano de suas vidas, facilidades e dificuldades.

Inúmeras ruas, travessas e becos, que se constituíram aglomerados uns sobre os outros em um traçado irregular, são avistados no Lagamar. As casas são pequenas, com características de autoconstrução, muitas vezes com aspecto de provisoriedade. Tem-se a impressão, ao visitar o Lagamar, de que o espaço da casa se amplia para a rua, que passa a demarcar o convívio social e o limite dele próprio, com os seus toques de recolher e a interdição da capacidade dos moradores de ir e vir, ainda que não de forma absoluta: “Brinco com a vizinha de correr, de carimba, de esconde-esconde, mas só até 9 da noite” (Adolescente 6).

Ao serem perguntados sobre do que mais gostam e do que menos gostam no bairro onde vivem, as respostas foram diversas e apontaram para a vivência de sociabilidade entre os jovens e uma relação próxima entre vizinhos(as) no bairro: “O melhor é que posso brincar de bola com os vizinhos” (Adolescente 2); “O que eu mais gosto são os vizinhos” (Adolescente 4); “Na minha rua, os vizinhos são amigos... No jogo do Ceará, do Fortaleza, do Flamengo se reúnem... No São João, colocam bandeirinha, fazem uma roda grande e colocam música alta” (Adolescente 6); “Gosto porque a minha rua é sem saída, não passa carro e dá para brincar na rua toda” (Adolescente 4).

Carros, muitas vezes, não podem transitar pelas ruas. Uma das entrevistadas alegou que, se alguém passar mal e precisar de uma maca para ser levado ao hospital, corre o risco de não conseguir passar pelas ruas devido ao seu estreitamento, principalmente na área da Cidade de Deus.

As condições de habitação são precárias. Uma das interlocutoras relatou que sua casa está com uma parede prestes a cair e que autoridades, ao visitarem sua residência, “falaram para nem abrir o portão” para que não tivesse risco de desmoronar. Verifica-se que um processo de naturalização do fenômeno da urbanização informal se faz presente no Lagamar.

Além disso, alguns relataram a retirada de 10 famílias de suas casas em face do risco de desabamento, uma vez que estavam escoradas no muro da escola. Percebeu-se, então, que a pauta mais importante para os(as) moradores(as) do Lagamar na atualidade está diretamente relacionada ao medo de perder suas residências.

No que tange às condições de saneamento, os(as) entrevistados(as), em sua unanimidade, relataram que há uma necessidade urgente de limpar o canal, uma vez que ele exala um cheiro muito forte e ruim que incomoda muito. A questão do saneamento básico e da necessidade de aterrar o canal para não alagar foi também posta em destaque: “Quando chove, o lixo que o povo joga falta entrar na nossa casa; o povo não queria usar a caçamba” (Adolescente 2); “O que eu acho pior mesmo é o canal cheio de lixo; quando chove, fica cheio de moscas lá em casa” (Adolescente 7); “Outra coisa que eu não gosto são os lixos que jogam na rua” (Adolescente 2).

Vê-se nos depoimentos a dificuldade de conviver com o cheiro insuportável advindo do canal, mas também a denúncia da forma como os(as) próprios(as) moradores(as) lidam com o lixo. No entanto, o canal do Lagamar é também um espaço simbólico, onde se constroem estigmas, e que dá visibilidade às pessoas, definindo quem mora do “lado de lá” e “desse lado”. Tudo isso mediatizado por duas pontes, palcos de cenas de violência e que delimitam tais fronteiras. Os microterritórios promovem a identificação dentro da comunidade, além de seus pertencimentos e conflitos.

Os(as) entrevistados(as), em sua maioria, apontam os problemas de entrosamento entre os(as) moradores(as), as associações e as lideranças. Um dos entrevistados relatou: “passou da ponte é Aerolândia”; “eles nem se consideram do Lagamar”; “Lagamar é só quem mora no lado de cá”. Sobre os movimentos populares, explicitaram que “estes são mais circunstanciais e eventuais”.

Pelo olhar dos(as) entrevistados(as), em todas os microterritórios há um desejo de realização de atividades que gerem renda e os ajudem a sobreviver. Há uma carência muito grande de programas de formação profissionalizante ou educativos, voltados para o ingresso ou para a reinserção no mercado de trabalho. No Lagamar, também é comum a economia informal voltada para o pequeno comércio, a reciclagem do lixo e biscates em geral. Isso aparece também na fala de uma criança entrevistada: “Tem padaria e escola perto; tem também a mulher da tapioca que vende comida pertinho de casa” (Criança 1).

Algumas idosas entrevistadas destacaram que, anteriormente, existiam vários projetos educativos, como cursos profissionalizantes. Na Cidade de Deus - um dos microterritórios que constitui o Lagamar -, foi sinalizado que não há cursos/projetos ligados à educação no local.

A Cidade de Deus é tratada como se fosse uma “ocupação à parte”, mesmo porque se iniciou em um período muito mais recente, já nos anos 2000, e em sua quase totalidade é composta por casas muito pequenas e precárias, sendo dito por alguns moradores que “ali é que é favela”, por seus habitantes não terem conseguido ainda melhorar as condições das construções e da própria vida (GOMES, 2013, p. 95).

Muitos(as) moradores(as) consideram ter a região do Lagamar uma excelente localização, uma vez que é próxima ao centro da cidade, aos parques e à praia: “O que tem de bom é a proximidade com o Cocó, a gente passeia por lá” (Adolescente 3).

Um entrevistado aponta que não há nada de bom no bairro, mas vê como positivo o fato de a sua rua não ter buracos ou mal cheiro. Já outros sentem-se privilegiados porque sua rua não alaga e/ou não tem buraco: “Não tem nada de bom, mas pelo menos é perto do Cocó e na minha rua não tem nem buraco, nem cheiro ruim” (Adolescente 5); “O que eu mais gosto é que, quando chove, a gente não tem problema de nada! Tem canto perto que alaga tudo; na minha rua, não” (Adolescente 8).

Apesar de o Lagamar não possuir muitas áreas de lazer, os espaços acabam sendo recriados pela população, improvisando essas áreas. Três entrevistados(as) apontam que as áreas existentes no bairro permitem encontros que viabilizam formas de socialização: “Moro perto de uma pracinha que tem pista de skate, e isso é bom” (Adolescente 7); “Acho bom aqui porque é perto da minha escola e da FACC” (Adolescente 2); “Uma coisa boa é que tem pracinha do VLT bem perto, e minha mãe pode fazer exercício lá” (Adolescente 5).

Alguns adolescentes apontam a necessidade de se estar atento à mobilidade urbana no período da noite: “O que eu não gosto? Quando aparece gente estranha na rua” (Adolescente 6); “O que tem de ruim é que a gente tem que estar em casa até 8 horas da noite; não pode passar das 9 horas da noite na rua” (Adolescente 5); “É uma regra, morador tem que estar dentro de casa até essa hora. Tem um pessoal que manda, eles dizem que a gente só pode ficar na rua até 8 horas” (Adolescente 1); “O ruim é que a gente só pode ficar na rua até 9 horas da noite, se não, chega um pessoal da comunidade vizinha e atira” (Adolescente 2); “O pior de tudo são as facções” (Adolescente 8); “A gente não sente segurança, é perigoso” (Adolescente 3); “Às vezes, eu escuto uns tiros à noite” (Adolescente 1). Contudo, as lideranças afirmaram que “No Lagamar não existe toque de recolher, na lei da sobrevivência e na expansão das facções no estado, sabemos que é melhor voltar para casa em horário seguro. Uma prova de como isso é contraditório são as festas lotadas na rua até o dia amanhecer”.

Perguntados sobre como viam a relação entre os(as) moradores(as) da comunidade, verifica-se que, geralmente, festas e encontros de lazer são compartilhados pelas

ruas do Lagamar, de acordo com a ocasião e com os laços sociais: “Se os vizinhos se reúnem para algo? Assim, meu pai faz churrasco na calçada e chama os amigos, mas nem sempre esses amigos são os vizinhos” (Adolescente 1); “Quando é dia de Copa, a gente põe a tv fora de casa e comemora” (Adolescente 3); Na minha rua não tem nada disso, é cada um na sua casa” (Adolescente 2); “Só se reúnem na festa junina, que uns vizinhos fazem algumas coisas, dançam” (Adolescente 8); “Não tem muita proximidade não, só na Copa que a gente se junta com os vizinhos” (Adolescente 3); “Tem o grupo de quadrilha do Lagamar, que se apresenta na rua todo ano. Aí tem também o Campeonato de Brega Funk na Praça do VLT... Lá reúne gente!” (Adolescente 7); “A rua é tranquila, tem festa sim, principalmente na Copa!” (Adolescente 4).

Atravessado pelas contradições inerentes ao sistema capitalista e às crises próprias desse modo de produção, o Lagamar sofre com os altos níveis de desemprego e a consequente ociosidade vivenciada por parte da população, em um território conflagrado em sete microáreas, dominadas pelo tráfico de drogas e pelo poderio das facções.

Por fim, observou-se que os(as) moradores(as) foram unânimes ao afirmar que, comparado ao modo de vida que tinham nas décadas de 1950, 1970 e 1980, houve melhoria na qualidade de vida, ainda que a crítica quanto ao descaso do poder público no que tange à habitação, saneamento, segurança e saúde tenha sido o tempo todo reforçada.

## 2.2. HISTÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS

Os inúmeros problemas que se desenvolveram no Lagamar, tais como o crescimento desordenado da comunidade, a falta de condições dignas de sobrevivência, a carência de políticas públicas, foram motivos desencadeadores do início dos processos de mobilização comunitária a fim de reivindicar direitos por parte dos(as) moradores(as) dessa comunidade.

O Lagamar teve expressivo crescimento a partir de 1950, em decorrência do êxodo rural para Fortaleza provocado por uma grande seca no interior do estado. Portanto, as primeiras grandes lutas iniciaram-se em 1950, momento em que a área em que se localiza o Lagamar passou por uma valorização imobiliária. Esse movimento ocorreu deveras influenciado pela construção da Avenida Perimetral, bem como pelas ocupações territoriais



do bairro Água Fria. Os conflitos pela posse de terra se desdobraram nas décadas seguintes e, como disserta Diógenes (1989, p. 72), algumas temáticas são recorrentes na disputa.

A discussão da desapropriação, ou mesmo do zoneamento desta área, está sempre imbricada por três condicionantes. - interesses da especulação imobiliária, devido à valorização da área; - interesses ecologistas ligados à preservação da Bacia do Cocó, incluindo a área do manguezal; - lutas da população em relação à permanência nos seus locais de moradia.

No que tange às histórias da comunidade, os(as) entrevistados(as) as entrelaçaram às histórias das suas vidas. O que ora se apresenta é o relato das histórias de lutas e resistências no Lagamar contadas por eles(elas) próprios(as).

A Moradora 13 chegou ao Lagamar em 1956 e a Moradora 12, em 1972 – dois períodos marcantes na história de luta do lugar. Elas iniciaram a entrevista afirmando que “antigamente” havia, no Lagamar, mais luta que hoje e relataram: “Nós fomos a primeira comunidade do Ceará a se reunir mesmo, temos experiências de luta. Todo final de semana a gente ia para alguma comunidade falar sobre a luta! A gente era chamada para contar as experiências do Lagamar”.

Nascido e criado no Lagamar, o Morador 17 informou que sempre atuou na comunidade em busca de melhorias. Afirmou que a luta dos(as) moradores(as) “se origina de um contexto desigual e, já nos anos 1930, as pessoas começam a construir moradias”. De acordo com o entrevistado, o Lagamar é uma grande referência de luta em Fortaleza, desde a década de 1980 até hoje. Nesse período, “o que mostravam na tv sobre o Lagamar era só marginalização”.

De fato, a década de 1980 foi marcada por uma intensa mobilização comunitária, houve a resistência às remoções realizadas pelo Governo devido à construção do prolongamento da Avenida Borges de Melo e a luta pela urbanização (GOMES, 2010). Na mesma época, centenas de famílias do Lagamar foram reassentadas no Conjunto Habitacional Tancredo Neves a partir do trabalho realizado pela Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (PROAFA).

Vale ressaltar que o tratamento dado pelas mídias e imprensa ao Lagamar reflete a exclusão social, a marginalização e o estigma que acompanha a história da comunidade. O depoimento do morador retrata o incômodo sentido pelos que lá habitam.

Os(as) entrevistados(as) relataram que as resistências coletivas começaram com as mulheres se organizando para conquistar a posse da terra. Ao longo da pesquisa para fins

desse diagnóstico, a participação das mulheres foi muito grande. Elas têm a memória das lutas e organizações da comunidade do Lagamar. A luta pela urbanização da comunidade, pelo saneamento básico etc. foram fundamentais para a unidade dos(as) moradores(as).

A Igreja e as associações de bairro, segundo o Morador 17, também tinham uma atuação forte nesse período. A respeito das instituições e organizações do Lagamar, o mesmo relata que o assistencialismo era muito forte. Devido a isso, a comunidade ainda tem resistência em participar de projetos que não têm esse perfil: “tenho que receber algo em troca para ir”.

Residente na Aerolândia há 20 anos, a Moradora 03 disse não se considerar do Lagamar: “Não somos do Lagamar, somos da Aerolândia”. Ela afirma também que viu o período de ocupação do terreno vizinho a sua rua: “a antiga Salgadeira era aqui, era podre! Tinha dia que a gente nem comia por causa da podridão”.

Tal depoimento mostra a diferença entre concepções sobre pertencimento e identidade de uma comunidade tão grande e com tantas contradições. Na sequência do depoimento, a entrevistada afirmou não participar de nenhuma organização ou instituição, no entanto, “quando tem reuniões das ZEIS e quando me chamam, eu vou”. Afirmou que “não tem nada” no bairro e nem nas comunidades vizinhas: “o Espaço Palhoça, que podia ter algo, está abandonado”; “as crianças têm que brincar na rua, perto do Canal”; “falta canto para fazer caminhada, tudo é muito longe”. Ela finalizou afirmando que não há, perto de onde mora, organizações ou instituições atuantes e nem cursos ou atividades: “podia ter curso de manicure, corte de cabelo e, para os jovens, ter esporte”.

Já o Morador 10 relata que, quando chegou com sua família ao Lagamar, em torno de 1970, passou a residir na Rua da Paia (hoje chamada Rua do Piloto). Assim, ele relata esses primeiros tempos: “Tudo era muito diferente! Não tinha energia, não tinha rua mesmo, aqui era lama, era vacaria. A gente lavava coisa no Rio Lagamar, a água era bem limpinha. Não existia saneamento, não existia canal”.

A Moradora 07, uma das entrevistadas, reside no lado do São João do Tauape e estava desempregada desde 2012. Na cooperativa, ela trabalha como auxiliar de acabamento. Mas já trabalhou como lavadeira, faxineira e zeladora: “Acho que meu dom não é de costura, é de limpeza. Gosto de limpar tudo.” Sobre a comunidade, disse que antigamente as pessoas podiam andar de um lado para o outro, as águas do canal eram limpas e ela podia até tomar banho ali.

Residindo no São João do Tauape/Lagamar desde 1959, a Moradora 20 afirmou que se mudou para esse bairro porque antes morava de aluguel com o marido e os 12 filhos: “era caro o aluguel, a gente não tinha dinheiro para pagar, aí a gente construiu uma casa de taipa perto do riacho e passou a morar aqui”.

A respeito da localidade, a entrevistada explicou que o nome Tauape veio dos indígenas, que viviam naquela região perto do riacho. Já a partir do século XX, a maioria dos que viviam no local eram pessoas que fugiam da seca do interior do Ceará: “em 1958, teve uma seca pesada no estado; a falta de água e de comida fez muita gente vir para cá... Assim, foram construindo barracos, casas de taipa por aqui”. Nesse período, segundo a Moradora 20, não existia água, luz, moradia de alvenaria e calçamento no bairro: “aqui era lamparina; água a gente tinha que ir buscar longe, aqui era só lama”. Devido a isso, os(as) moradores(as) começam a se organizar.

Os dados colhidos nas entrevistas realizadas com os(as) moradores(as) do Lagamar enfatizam frequentemente a década de 1980 como um marco da história do território. O ano de 1982 é tido como definidor na história de luta. Antes desse período, “era só lama mesmo, ninguém passava, aqui era só água! A gente vivia como sapo, pulando” (Moradora 13).

**Figura 3 - Ex-líderes comunitárias recebem a Equipe do Caderno Social e relatam sobre a história de luta da comunidade em busca de melhorias**



Fonte: acervo da equipe.

Outro destaque importante foi o papel da Igreja na construção dos movimentos de luta do Lagamar. Nessa época, a Comunidade Eclesial de Base, liderada por membros da Igreja e por mulheres da comunidade, fazia um trabalho de grande relevância, com metodologia participativa, buscando contribuir com as lutas pela melhoria das condições de vida mais dignas para a população do território. Alguns(algumas) entrevistados(as) citaram a chegada de missionários católicos de outros países, que ao visitarem Fortaleza se interessaram pelo território: “Na época que o Papa João Paulo II esteve aqui em Fortaleza, o povo ficou todo mobilizado. O Lagamar, como uma das periferias, começa a receber missionários. Eles vieram aqui para saber como era a vida aqui; uma senhora do bairro cedeu uma salinha” (Moradora 13).

Diante desse contexto, a Moradora 13 explicita ainda que tudo começou quando

...veio a ideia de ler o Evangelho; em 1982, a gente começa a se reunir. Com as leituras, houve uma descoberta! Nada do que acontecia com a gente era culpa de Deus, não era porque ele queria assim. Era culpa do governo! Se Deus era amor, era vida, por que ele ia querer a gente na lama? A partir daí, começou a luta!

Segundo a entrevistada, as lutas e as conquistas iniciais do Lagamar tiveram como foco a luta pela água encanada e seguiram-se pela implantação do sistema de esgoto.

Uma das primeiras lutas foi pela água! Começaram a colocar água nas ruas, mas nessa rua aqui não, porque o movimento comunitário nasceu aqui e diziam que a gente era ‘confuseiro’ demais, por isso não iam pôr água aqui... Depois desse episódio, arranhamos uma Kombi e fomos lá na Cagece, fizemos confusão! Com 24 horas, vieram aqui e colocaram água nas ruas que faltavam. Após a conquista da água encanada, houve a luta e a conquista do esgoto para a comunidade (Moradora 13).

Como alguns(algumas) moradores(as) expõem, naquele momento a comunidade utilizou-se de recursos, como abaixo-assinados, caminhadas e estratégias mais diretas, e lutaram pela implantação da água encanada e do esgoto no Lagamar. Para tanto, elas ameaçaram quebrar todos os canos da CAGECE, pressionando, desse modo, as autoridades a tomarem uma atitude a respeito da situação do território.

A Moradora 20 lembrou-se de sua atuação que começou em 1982, na Associação da qual foi presidente, como tesoureira e também fundadora: “trabalhei na associação durante 25 anos, sem fins lucrativos”. Tal afirmação nos fez compreender o nível de abnegação que a entrevistada revelou ao citar toda a dedicação oferecida ao trabalho comunitário.

As Moradoras 11 e 12 afirmaram que, após a luta pela água e pela energia, iniciou-se a luta por educação, moradia, urbanização e emprego para os(as) moradores(as).

A publicização dos conflitos entre a comunidade e o Estado atraiu a presença de outros articuladores políticos, tais como militantes de partidos políticos e representantes de associações de classe, entre eles o Partido dos Trabalhadores - PT e a Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Os(as) moradores(as) entrevistados(as) destacaram que a terceira luta específica foi pela permanência dos(as) moradores(as) da comunidade no local onde moravam. A ameaça principal era a de que o governo pretendia remover todos(as) os(as) moradores(as), pois havia uma proposta de construção de um viaduto, tudo isso na gestão do prefeito César Cals. Vale ressaltar a observação crítica da líder comunitária, que conseguiu visualizar perfeitamente a contradição social e os conflitos de classe: “O viaduto não seria para nós, seria para a burguesia! Nem carro a gente tinha”.

No conteúdo das entrevistas, os(as) moradores(as) comentaram que houve muita mobilização e o prefeito foi pressionado. A presença da jornalista Adísia de Sá, do Padre Manfredo e da organização da população exerceu forte influência e pressão sobre a prefeitura que, em uma situação emblemática, recuou: “A gente se mobilizou e quando o César Cals

estava no meio do povo, no palanque, ele ficou com medo e disse que quem quisesse ficar, ia ficar. Após isso, uma parte dos moradores, a parcela que concordou em sair do local, foi para o Conjunto Habitacional Tancredo Neves” (Moradora 13).

Outro aspecto relevante da luta está explicitado no depoimento da Moradora 12: “Acampamos sete dias no Cambeba, 7 dias de sofrimento na luta! Reclamávamos do problema de alagamento da comunidade e de outras coisas. Armávamos redes, armávamos barracas; já colocaram até os cachorros em cima da gente e a gente resistia”.

Vale ressaltar que este importante movimento, lembrado como “A noite das mulheres”, é bastante significativo para a comunidade no que se refere à luta e à resistência. Nele, as mulheres se juntaram e formaram um paredão para evitar a derrubada das casas para a construção da Borges de Melo, em 1985. A formação dessa barreira de mulheres impediu o trator de atravessar e pressionou César Cals de Oliveira, à época prefeito de Fortaleza.

Ainda nesse período, ocorreu uma grande mobilização da comunidade do Lagamar diante da proposta de remoção de parte das famílias para o Conjunto Habitacional Tancredo Neves. O governo tentou pleitear a remoção afirmando à comunidade que faria investimentos significativos na infraestrutura local, especificamente no quesito saneamento básico e drenagem do rio.

Os(as) moradores(as) resistiram e acionaram a justiça, visando à garantia de suas terras, contudo parte dos residentes optou por ocupar o Conjunto Habitacional Tancredo Neves, o que promoveu uma cisão. Nesse contexto, algumas entidades tiveram relevância tanto no contexto de permanência quanto de remoção. Segundo Diógenes (1989), os participantes das CEBs foram mais expressivos quanto à permanência das famílias no Lagamar, enquanto os membros da Associação dos Moradores e da Federação de Bairros e Favelas (FBFF) estiveram mais próximos do movimento que aderiu à remoção e passou a morar no Tancredo Neves.

Lagamar e Tancredo Neves manifestam não apenas momentos diferenciados da dinâmica urbana de Fortaleza, como também expressam mudanças de qualidade na política urbana do Estado, no grau de mobilização dos Movimentos Sociais Urbanos e ainda modificações na relação entre Estado e Movimentos. O Lagamar representa o movimento de resistência, a não remoção, o esforço de reurbanização de áreas ocupadas (DIÓGENES, 1989, p. 70).

A permanência no Lagamar foi então comemorada:

Quando a gente ficou, foi uma celebração grande! Até Dom Aloísio veio. Entendemos que se tornou mais forte a noção de que uma pessoa só não tem força. Depois disso, a comunidade começou a pensar como melhorar o quadro de violência, pensar em empregos para a juventude, trabalho para eles (Moradora 13).

A década de 1990 trouxe a presença do Estado nas comunidades, em nova conjuntura política, com o apelo à “participação” em programas e projetos governamentais, inclusive em mutirões habitacionais. A ideia do Estado é tentar transformar as associações de moradores(as) em “parceiras”. O Lagamar sofreu essa influência, principalmente na gestão de Juraci Magalhães (PMDB).

Em 2005, com a posse da prefeita Luizianne Lins, do Partido dos Trabalhadores, iniciou-se nova discussão sobre o Plano Diretor de Fortaleza. Alguns(algumas) entrevistados(as) relataram que os momentos em que se deram as maiores manifestações da comunidade do Lagamar foram aqueles que trataram da temática das remoções.

Foi o não reconhecimento da inclusão do Lagamar na ZEIS que impulsionou a Marcha do Lagamar, em novembro de 2009, considerada por muitos(as) moradores(as) como um auge relativamente recente da mobilização. A Marcha foi considerada um ato importante para afirmação dos direitos dos(as) moradores(as) em sua máxima expressão política. Marco do movimento social, em março de 2010 foi aprovada a lei que reconheceu a ZEIS do Lagamar. Tal reconhecimento significou a possibilidade de sair de uma situação de irregularidade nos aspectos urbanísticos, jurídicos e sociais para uma outra que envolve o real pertencimento e inserção na cidade.

Esse processo é de construção e envolve a participação de todos os sujeitos coletivos envolvidos no processo. Para tanto, torna-se necessário efetuar o mapeamento das organizações comunitárias existentes no bairro e suas histórias de lutas, necessidades e desafios.

### **3 MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS**

Buscar-se-á reconstituir a história de lutas da comunidade também pelo surgimento das associações comunitárias organizadas, sua ascensão e, por vezes, o seu declínio no universo do cenário contemporâneo. Objetiva-se ainda explicitar as potencialidades e os desafios, as necessidades e as lutas de tais associações.

Os(as) entrevistados(as) comentaram sobre como algumas associações nasceram:

O Lagamar recebeu uma carta da Alemanha, em que dois alemães perguntavam se podiam morar numa casa aqui do Lagamar. A partir desse acontecido, a Fundação Marcos de Bruin surgiu. Doações do pai do jovem Marcos fizeram a fundação ser

inaugurada. Além dessa entidade, outras organizações começam a se destacar: “do outro lado do Lagamar, foi criado o Centro de Defesa de Direitos Humanos.

Marcos de Bruin foi um alemão que, sob a inspiração da Teologia da Libertação, participou ativamente das lutas e organizações da comunidade, vindo a falecer ainda jovem, ao retornar ao seu país de origem. Os pais de Marcos resolveram dar continuidade ao seu trabalho, aportando recursos materiais para a estruturação de projetos sociais os mais diversos. A Fundação Marcos de Bruin surgiu tendo sua sede própria construída em sistema de mutirão pelos(as) moradores(as) e nasceu com o intuito de ser uma escola profissionalizante.

Com a mobilização da comunidade, em meados dos anos 1985, houve a conquista da água encanada, da luz e das primeiras casas de alvenaria. A Associação dos Moradores do São João do Tauape/Lagamar passou a atuar com mais força e houve a fundação de duas creches: a Creche Paraíso Infantil (atualmente chamada de Almerinda Albuquerque, em 1986), e a Creche Criança do Nordeste (que era mantida por doações advindas da França e que hoje não existe mais), em 1991.

O Morador 10 relembra que, nos idos de 1986, “no governo Tasso, teve o Programa Sanear I. Teve a organização do Lagamar e a água encanada veio para a comunidade quase toda, entre o Lagamar e Aerolândia”. O Conselho Gestor também relata que “Esse programa existiu, mas o Lagamar não foi contemplado, até que após a compra dos canos e início das obras pela comunidade, aportaram recursos pra incluir o Lagamar no projeto”.

A forte presença de associações de moradores(as) também marcou o Lagamar nesse período. Alguns(algumas) entrevistados(as) assim buscam precisar a informação, comparando-a com a desmobilização vivenciada na atualidade: “Tínhamos mais de 40 associações, todas foram caindo, aos poucos, porque apostaram em políticos e foram se aproximando de partidos”; “O direito à posse da terra já era uma luta da associação” (Moradora 13).

A Moradora 20 relembra que a Associação de Moradores que presidiu atuava com crianças, jovens, adultos e idosos, pois “era muito forte, tudo que aparecia de bom, a gente trazia para a comunidade”. Diversos projetos, cursos e capacitações eram ofertados na instituição: “até cursos para formação de lideranças nós fazíamos; além de termos criado também um conselho de idosos, na Aerolândia”.



No que tange a esse particular, outro entrevistado, o Morador 14, lembrou que, há 30 anos, o Lagamar “era diferente”, “existiam mais de 25 associações registradas na comunidade” e uma grande luta pela moradia. Nesse período, os(as) moradores(as) da comunidade eram atendidos(as) por muitos projetos “de fora”. O declarante acrescentou: “A gente vivia em projeto, tinha madrinha alemã, tínhamos do sapato a escova de dente; nós tínhamos os projetos e esses projetos viviam de financiamento, o que não tem mais agora... Embora a Era Lula tenha mudado o país”. Disse também que os projetos dos anos 1980 eram mais voltados para o assistencialismo.

A Moradora 11 lembra o tempo em que recebiam ajuda para a manutenção das condições de vida: “Teve tempo ali na associação que ‘tinham’ caminhões de mercado ou armazém, dando danone, peixe, as coisas pro bairro, hoje não tem isso”. A declarante comparou ainda as organizações e as mobilizações na década de 1980 com a realidade atual:

Hoje, o pessoal desacostumou, mas antes as reuniões eram bem frequentadas. Já tive até surto em reunião, elas eram pesadas, tumultuadas, lotadas. Hoje, para reunir as pessoas é mais difícil, é um descrédito muito grande! A gente tinha um apoio muito grande, não de política, não tinha isso de partido, esquerda e direita. Predominava o PT e o PSDB, mas a associação era apartidária.

Ainda a respeito desse período, o Morador 14 relatou que, no Lagamar, as lideranças do local tinham mais força que atualmente: “Antes tinha formação de lideranças, tinha a CEB forte, o voluntariado era mais forte também e hoje surgiram novos espaços de poder e muitos movimentos viram massa de manobra”.

Ao longo desses processos de luta, as CEBs foram bastante presentes e fortaleceram os(as) moradores(as), auxiliando, inclusive, na criação da Associação Comunitária Lagamar, em 1982. A década de 1980 foi, também, um período de muitos conflitos e resistências.

Entretanto, esse modo de operar e de resistir do período passou por transformações na década de 1990. Gomes (2012, p. 124) pontua: “O chamado à “participação” em programas e projetos governamentais, inclusive em mutirões habitacionais, tenta transformar as associações de moradores em “parceiras”, com riscos de cooptação e divisões dentro das comunidades”.

No que diz respeito às lideranças, a Moradora 07, outra entrevistada, mencionou: “Antigamente, ‘tinham’ líderes nas ruas, as pessoas iam à sua casa perguntar quantas pessoas tinham, se a criança era vacinada, o que comia.” A entrevistada citou o programa de

apadrinhamento (CCF) e contou que era uma dessas pessoas que iam às casas dos(as) outros(as) moradores(as) e que ela tinha autonomia para resolver problemas.

Sobre as parcerias nas décadas passadas, a Moradora 13, outra das entrevistadas, afirma:

Todos os eventos caminhavam juntos, até torneiro de futebol para as crianças e os jovens a gente tinha e que escolas, creches, fundações, associações e instituições de fora do Lagamar (como SENAI e SENAC) mantinham parcerias e realizavam projetos juntos, o que não ocorre atualmente (Moradora 13).

A Moradora 12, que foi por mais de 10 anos presidenta da Associação Comunitária do Lagamar (fundada em 1980), relatou que, nesse período, os(as) líderes comunitários(as) chegavam a fazer 100 visitas por mês, “indo de casa em casa na comunidade”. A Moradora 12 explicitou ainda que “muitas moradias do Lagamar eram de palha e de taipa. A gente já vivenciou muita coisa aqui no bairro: a gente amanhecia na porta dos políticos, a gente viu a abertura do canal, que era muito pequeno”.

O Morador 14 resgatou a importância de duas entidades que, com sua força de luta, mobilizaram a população em busca da garantia da moradia:

A forte ação da Fundação Marcos de Bruin e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos impulsionou a luta das ZEIS. Ia sair todo mundo daqui o povo todo... Aí entrou a ZEIS para impedir isso. Foram muitas reuniões, muita confusão; aconteceu muita coisa e foi logo no auge da Copa (Morador 14).

A respeito da grande mobilização que foi feita nesse período, a Moradora 13 colocou:

Foi uma luta grande na Câmara, acampamos na prefeitura, foi multidão... Tinha criança, adolescente! Levamos tambores, fizemos zoada... Até que deixaram uma equipe entrar, e a gente disse para a prefeitura que se não tirasse um artigo lá da lei que prejudicava a comunidade, a prefeitura ia pegar fogo! Esse período de luta pela ZEIS foi o último momento de grande mobilização do Lagamar (Moradora 13).

De modo unânime, os(as) entrevistados(as) disseram que a inserção da comunidade na luta pela ZEIS provocou maior união e mobilização. No entanto, também denunciaram um processo de desmobilização depois de certo tempo: “o interesse era ter a casa, quando tinham, iam sumindo”. Apesar disso, afirmou um deles, “a ZEIS ainda está viva!”. Outra interlocutora acrescentou: “Até hoje o Lagamar ainda é referência de luta aqui em Fortaleza!”.

A Moradora 02 assim se posiciona diante do trabalho da ZEIS: “Fazemos o chão do nosso território, queremos fazer parte de todo o processo. Nossa esperança é movida pela sobrevivência. Não estamos na universidade, mas somos doutores em ZEIS, pois são pelo menos 10 anos de luta”. Vale ressaltar que a maioria dos(as) entrevistados(as) enfatizou a

importância da luta pela conquista “do papel da casa” e de “todo mundo ter o seu lugar” de moradia no Lagamar.

Para a Moradora 13, o que aconteceu depois dessa última grande luta foi o enfraquecimento da mobilização popular, a perda dos recursos advindos de projetos cancelados e o descaso do poder público com o território:

O que aconteceu depois dessa época foi triste! A Fundação quebrou as pernas e só teve projetos até 2011. Acabaram os projetos da Alemanha, os projetos do Banco do Nordeste. Tentamos falar com o Roberto Cláudio, mas o pedido de sustento foi engavetado; o Camilo nem nos recebeu.

Atualmente, explica a entrevistada, há poucas atividades na Fundação, que está sendo mantida pelas doações do Padre Manfredo. Recordando o início das organizações do bairro e o momento atual, a interlocutora afirma que muitas lideranças “foram morrendo” e que “os jovens de agora são a esperança para a Fundação e para o bairro”. De acordo com ela, as mobilizações coletivas começaram a se enfraquecer devido à “brecha que surgiu com os partidos dentro comunidade; isso criou problemas”.

A Moradora 20 resente-se da lacuna deixada pela falta de trabalhos sociais fortes nas instituições/associações do bairro: “Hoje não tem mais nada”. Ela afirma que a Fundação Marcos de Bruin já foi mais forte e que a JBD, embora ainda forte, não parece mais ter tanta força se comparada com as organizações da década de 1980: “Embora a JBD ainda seja forte, não há mais organizações fortes como na década de 1980! A gente num ouve mais nem falar do que as associações de hoje estão fazendo”.

De acordo com o Morador 14, a luta pela moradia ainda é, atual e principalmente, organizada pela Fundação Marcos de Bruin e pelo JBD (Jovens em Busca de Deus). Ele acrescenta que a Central Única da Favela (CUFA) é uma organização que não entra na pauta de moradia e atua com jovens que estão em situação de vulnerabilidade social, que possuem histórico ligado à violência, ao crime etc. Nas décadas passadas, o Morador 14 atuou na Frente Beneficente e foi líder comunitário.

A Moradora 05, residente do Lagamar há mais de 60 anos, é considerada uma líder comunitária por muitos(as) moradores(as). Ela trabalhou por muitos anos no Centro de Desenvolvimento Infantil, mas a prefeitura parou de fornecer recursos e o Centro não conseguiu mais se manter. Sobre as organizações e associações, falou sobre a Frente Beneficente. Um dos principais obstáculos para o desenvolvimento de atividades citadas por ela foi o espaço. Disse que tem muito interesse de iniciar um grupo de idosos, mas que não há lugar. Como alternativa, afirmou que poderia utilizar a Capela São Francisco. Completou

dizendo que há muito tempo existia a Associação dos Moradores do Lagamar, mas que não existe mais.

Vale ressaltar que o movimento social que ganhou força e que, assim como as CEBs, também é bastante participativo e vinculado às questões de luta por moradia, foi o JBD. A Igreja, portanto, continua presente na história de resistência do Lagamar. Contudo, é evidente que a forma de organização comunitária se transformou. As novas lideranças retratam um cenário de maior burocratização e negociação com o Estado, enquanto as lideranças antigas questionam a redução de passeatas e confrontos.

Para o Morador 10, as mobilizações do Lagamar se voltam principalmente para a luta pela moradia, estando hoje a atenção voltada para a elaboração do PIRF. Ele próprio resolveu entrar para a política:

A partir dos anos 2000, candidatei-me ao cargo de vereador: tomei gosto pela política, me candidatei, mas nunca ganhei. Atuo na luta pela moradia e por lazer, dentre outras coisas. Uma das demandas atuais que procuro trabalhar é na busca de um espaço de lazer para os jovens do Lagamar/Alto da Balança. Estou com um processo para que o terreno da união que fica perto do SindÔnibus vire uma areninha, porque falta isso aqui no bairro.

O Morador 10 afirmou que a parte do Lagamar onde atua é chamada de Alto da Balança, que é bem próxima ao bairro Aerolândia. Para o interlocutor, o Lagamar (incluindo todos os territórios que dele fazem parte) deve ser inserido na Aerolândia, pois “essa divisão que existe entre Alto da Balança e Aerolândia dificulta muito o Lagamar ter coisa, pois o Alto da Balança tem uma população menor e recebe menos políticas públicas”.

Indagados sobre o cotidiano dos moradores do Lagamar, uma das entrevistadas assim se posicionou em relação às lutas por moradia na atualidade: “É bom porque aqui todo mundo é unido, se formos morar em outro canto, o pessoal toma é as coisas da gente” (Moradora 07).

A Moradora 04, uma das entrevistadas que reside há mais de 50 anos na Salgadeira, um dos microterritórios que compõem o Lagamar, estava sentada na calçada de sua rua, quando a encontramos. Ela informou que não conhecia nenhuma associação/organização existente no bairro, bem como nenhuma liderança. Falou que a violência causada pelo tráfico de drogas era responsável por essa dificuldade de mobilização, porque as pessoas tinham medo de sair de casa e de se locomover pela cidade.

Grande parte dos(as) entrevistados(as) explicitou a dificuldade de mobilização e articulação entre os(as) moradores(as) da comunidade, as lideranças e as instituições atuantes

no Lagamar. Há problemas, inclusive, de locomoção entre as ruas, que são interditadas de acordo com a lei vigente em cada microterritório. Por isso o trânsito dos(as) moradores(as) e seu direito de ir e vir, muitas vezes, são limitados.

A Moradora 07 nos informou que, hoje em dia, no Lagamar, tudo está muito complicado por causa da violência. Já a Moradora 04 revelou a dificuldade de se manifestar, por conta da violência, apontando que a população também está mais calada: “Boca calada vive mais, se falar *tá ferrado*, morre no mesmo dia”.

O que se percebe é que as antigas lideranças do bairro afirmam estar desmotivadas e descrentes das lutas atuais do Lagamar. Para elas, a violência foi um fator que contribuiu bastante para as desmobilizações do bairro, já que as facções começaram a ter muito poder dentro da comunidade e a impedir que os(as) moradores(as) transitassem livremente pelo território do Lagamar. “Quem está liderando hoje é a facção”, concluiu um dos entrevistados.

Sobre as lideranças, o Morador 14 afirmou: “A liderança que a gente encontra hoje é a do crime, são as facções”. Segundo ele, esse contexto marcado pelo crime foi o “estopim” para que as organizações e as lutas do Lagamar se enfraquecessem. O Morador 14 relatou também que, atualmente, quando as lideranças principais saem da organização, esta só “falta quebrar” e isso ocorre porque “as pessoas têm que viver suas vidas” e ser liderança é uma dedicação grande: “a gente se dedica muito e perde o campo da formação, do estudo... E cada uma tem sua vida”. Por fim, sobre esse assunto, afirmou que houve liderança no Lagamar que “se dedicou tanto aos outros, que os filhos cresceram sem eles e hoje estão em facções”.

O Morador 10, ao se posicionar a respeito do enfraquecimento de associações e movimentos sociais no Lagamar, atribui o fato à “descredibilidade geral que existe hoje, à corrupção... Estão desacreditados com os políticos”. Além disso, afirmou também que a existência de facções nos territórios dificulta o desenvolvimento de projetos no bairro.

Já para o Morador 17, as organizações, as instituições e os movimentos sociais perderam força, porque “o sentimento de coletividade foi se enfraquecendo”; “hoje, foi se perdendo a identidade do Lagamar, as pessoas não participam como antes”. O entrevistado acrescentou ainda que a institucionalização e a cooptação dos movimentos sociais também contribuíram para a “desconstrução dos movimentos” e que a última vez que houve uma grande mobilização no Lagamar foi “no período de luta pelas ZEIS”.

A Moradora 12 afirmou que “lideranças existem, mas são pouco atuantes” e que a Associação de Moradores foi invadida: “Invadiram a associação, lá agora tem casa, comércio, me sinto enterrada, uma parte de mim foi enterrada”.

Ao ser questionada do porquê atualmente não existir uma mobilização grande da comunidade e referência de liderança como antes, a Moradora 20 atribuiu isso ao fato de hoje ninguém mais querer ser voluntário em associações/fundações/organizações: “Hoje, as pessoas só podem trabalhar se receberem dinheiro; ninguém quer trabalhar sem receber, e isso porque as coisas estão muito mais difíceis, muitos são pais e mães de família, precisam de dinheiro para viver...”.

Além disso, a interlocutora relatou que “a falta de mobilização é devida à falta de necessidade; antes não tínhamos bicicleta, moto, luz, água, casa de tijolo, calçada... Hoje temos tudo isso, aí as pessoas pensam que não precisam mais lutar”.

O Morador 14 tem o seguinte olhar sobre este enfraquecimento:

Hoje as lutas são individuais e não coletivas, como antes. Em minha visão, são os problemas atuais para que não exista tanta mobilização e movimentos sociais: o que falta é beber nas águas do passado, não tem curso de formação de base, nem de formação de liderança; antes, havia a escuta, cada rua do Lagamar tinha uma liderança; a Igreja escutava, tinha curso, fizemos até curso de educador social e as facções estão matando os movimentos sociais.

O Morador 17 relatou que não há parcerias entre as instituições:

Cada organização tem sua singularidade, a gente poderia trabalhar em prol do coletivo, juntas, mas a gente está fragmentado! Todo mundo está na sua individualidade; a gente trabalhava em rede, mas isso foi se perdendo também. Há falta diálogo entre as organizações atuais do Lagamar.

Já o Morador 14, ao ser questionado sobre as associações e/ou organizações atuais, afirmou que faltam recursos para as instituições se manterem e que “os espaços trabalham muito com cursos e atividades para as crianças, mas depois de 13 anos, eles vão para o crime”. Disse também que ainda há hoje parcerias entre escolas, igrejas e associações: “há parcerias, não tem restrições entre as instituições”.

Quando perguntados sobre as associações existentes no bairro, muitos(as) interlocutores(as) apontaram o CRAS como a associação mais importante e ativa do ponto de vista do fornecimento de serviços para a comunidade. Para alguns, no entanto, o CRAS não é atrativo para os jovens.

**Figura 4 - Pesquisadoras da UECE conversam com moradoras do Lagamar que são integrantes do Grupo de Idosas do CRAS**



Fonte: acervo da equipe.

Alguns entrevistados contam em relatos, por vezes saudosistas, que antigamente havia a quadrilha para crianças e jovens; a “escolinha do Lobão” e os trabalhos da CUFA (Central Única das Favelas). Além disso, citaram a FACC (Frente de Assistência à Criança Carente) como um lugar que oferecia curso de dança, flauta, crochê, biscuit, artes etc.

Porém, segundo eles, quando a FACC saiu do prédio que atualmente é do JBD, há 20 anos, e foi para outro lugar, “ficou longe dos jovens do Lagamar, os jovens querem cursos profissionalizantes”. Hoje a FACC presta assistência a cerca de duzentas crianças e

adolescentes. Os(as) entrevistados(as) citaram ainda a Fundação Marcos de Bruin e sua grande atuação no passado, hoje esvaziada em seus projetos com crianças e adolescentes, e cobram cursos educativos e artísticos e a presença de um Cuca. Eles(as) alegaram que poderia ter mais investimento na área cultural pelo setor público, tais como teatro, festivais, feirinhas etc.

Também relataram que, no passado, em algumas escolas, eram realizadas atividades e movimentos culturais. A paralisação dessas atividades gerou a ociosidade dos equipamentos e dos instrumentos musicais. A comunidade tem uma série de talentos e ações de capacitação que poderiam ser realizadas por essas escolas. Os(as) entrevistados(as) sugeriram que as pessoas com talentos pudessem ensinar outras nesse processo, tendo até um incentivo de remuneração.

Na Fundação Marcos de Bruin há muitos instrumentos, mas faltam professores e alunos. Para alguns(algumas) entrevistados(as), a comunidade também não participa das atividades: “Mesmo que venham, as pessoas não participam”; “As próprias pessoas não querem, acho que é por causa da comodidade”.

As organizações atuantes na comunidade, na vigência dessa pesquisa, foram apontadas pelos(as) entrevistados(as) como sendo estas aqui descritas:

1. Fundação Marcos de Bruin (06) - a cooperativa de mulheres e os antigos cursos profissionalizantes que ocorriam antes na fundação.
2. CRAS (13) - oficinas manuais e palestras.
3. EJA (04)
4. Coletivo Flor no Asfalto (02) - saraus e cine debate.
5. JBD (03) - cursos para as crianças tocarem instrumentos musicais, como violão e bateria.
6. Fundação Beneficente (05) - cursos de desenho, pintura, instrumentos musicais e reforço escolar pra crianças.
7. FAAC (07) - oficinas, cursos de música (piano, tambor etc.).
8. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (03) - aula de informática.

A pesquisa mostrou que as organizações que atuam em parceria são, principalmente, a Fundação Marcos de Bruin e o CRAS. Quanto à primeira, há parceria orgânica com o JBD, bem como com o Coletivo LGBT Flor no Asfalto, que funciona no



espaço da própria Fundação; com o Posto de Saúde, que também utiliza o espaço da Fundação, uma vez por semana, para realizar atendimentos à população que mora nas proximidades da referida entidade. O CRAS também tem parceria com o Posto de Saúde, que todas as sextas-feiras realiza atendimento nesse Centro de Referência. Além do posto, o CRAS recebe professores da Frente Beneficente, que promove oficinas e cursos para os usuários do referido equipamento municipal.

Observou-se ainda que a relação dos(as) moradores(as) com as organizações existentes na comunidade parece só existir, de fato, quando tais associações atuam em prol de trabalhos voltados para o atendimento às necessidades de assistência a crianças, programas educativos, saúde ou geração de renda e capacitação para o mercado de trabalho, dentre outros. Portanto, essa relação se dá quando a comunidade se transforma em público-alvo. Como as associações estão desarticuladas ou enfraquecidas, a visão de mobilização política parece perder-se nesse contexto.

### 3.1 POTENCIALIDADES E DESAFIOS

A ZEIS do Lagamar tem um grande potencial de trabalho e é um celeiro de lutas e combatividade. Os(as) entrevistados(as) apontam tais forças nos discursos que foram explicitados na pesquisa: a habilidade na construção de um patrimônio de lutas da comunidade, o poder das lideranças comunitárias e a capacidade de mobilização do bairro.

Para tanto, foram apontadas as necessidades de resolução dos seguintes desafios:

1. As lutas são individuais e não coletivas, por isso é necessário aumentar o poder de engajamento da comunidade nas lutas coletivas.
2. Não há cursos de formação de base, nem de formação de liderança.
3. O papel dos(as) líderes encontra-se debilitado e as facções estão enfraquecendo os movimentos sociais.
4. Há uma desarticulação entre as diversas associações existentes no bairro.

Os(as) entrevistados(as) apontam esses pontos como base para a resolução dos desafios apontados acima.

1. Resgatar o papel de líder e a necessária formação em desenvolvimento comunitário.
2. Ampliar o raio de atuação das lideranças comunitárias.

3. Realizar capacitações que promovam a articulação entre elas.
4. Fortalecer ideias e iniciativas que promovam maior participação nas lutas coletivas do bairro e a consciência sobre a responsabilidade de todos no processo.

### 3.2 NECESSIDADES E LUTAS

As principais necessidades que se apresentam para as organizações comunitárias apontadas pelos entrevistados são as seguintes:

1. Proporcionar uma maior articulação entre as organizações existentes.
2. Promover o aproveitamento do espaço físico para a realização das atividades.
3. Buscar recursos humanos e materiais para a manutenção das atividades.
4. Promover projetos que interfiram na mobilidade entre os diversos territórios dentro da comunidade.

Os entrevistados apontaram que as seguintes lutas devem ser empreendidas pelas organizações comunitárias:

1. Reunir os(as) diversos(as) líderes para que eles(elas), juntos, possam movimentar toda a comunidade.
2. Estipular a remuneração dos(as) líderes, visto que muitos(as) não conseguem estar à frente das organizações porque precisam trabalhar e não lhes sobra tempo.
3. Construir núcleos das associações existentes no bairro em cada microterritório para viabilizar a participação dos(as) moradores(as), que têm restringida a sua mobilidade por questões da violência.
4. Promover a articulação entre as associações para que as agendas possam ser conciliadas em um mesmo espaço físico, por microterritório e criar mecanismos de comunicação para intensificar a transmissão de informações acerca das atividades desenvolvidas.
5. Unir as lideranças.
6. Promover associações ligadas a movimentos culturais e artísticos.
7. Promover articulação entre as associações.

8. Resgatar as associações de moradores(as) existentes no bairro e sua força de luta para que elas possam organizar as demandas sociais e políticas da comunidade; resgatar as associações de moradores existentes e revitalizá-las.

Os diversos sujeitos coletivos que responderam às entrevistas apontaram, em linhas gerais, a importância do resgate do papel de líder e a necessária formação em desenvolvimento comunitário. O(A) líder comunitário(a), segundo os(as) entrevistados(as), não deveria aliar-se com políticos de ocasião.

#### **4 CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS: DOS DESAFIOS À ARTICULAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA**

No processo de diagnóstico, identificou-se que a comunidade do Lagamar passa por um momento de desmobilização de suas lutas sociais mais amplas. As lutas pela moradia são mais articuladas que as outras. Portanto, tal afirmação implica efetuar-se uma revisão do papel social do indivíduo e da coletividade dentro desse contexto.

Os dados coletados demonstraram que a comunidade do Lagamar tem uma trajetória antiga de lutas. Remontando aos antepassados, muito se construiu nessa trajetória. A experiência do Lagamar traz no seu bojo o necessário entendimento sobre o que mobiliza a comunidade e o que pode ser feito no sentido de postular essa motivação para a luta. Refletir sobre os mecanismos que propiciam a formação de lideranças populares também é fundamental.

Refletir, do mesmo modo, sobre a possibilidade de construção participativa de novos mecanismos de mobilização para que a comunidade possa engajar-se efetivamente parece mister. Boa parte dos(as) entrevistados(as) identificaram que a comunidade precisa estruturar-se para estabelecer novos modos de luta que levantem a força do Lagamar.

O modo de produção capitalista, que tem como base o conflito de classe, está diretamente ligado ao surgimento da questão social, que expressa as desigualdades de uma sociedade sustentada pela relação contraditória entre o capital e o trabalho. A partir da exploração da classe trabalhadora por parte do capital, há as refrações da questão social, que se mostram por meio da pobreza, da violência, do desemprego etc. No Lagamar, essa relação de exploração se manifesta na pobreza, na falta de saneamento básico e, principalmente, no meio da luta pela cidade, já que a comunidade resiste para conquistar a moradia e ter acesso aos espaços da cidade.

Estruturalmente, a crise no mundo do trabalho, a partir dos anos 1970, fez essas expressões se aprofundam. Com o neoliberalismo, o Estado passa a se submeter cada vez mais às demandas do capital e há um fortalecimento do individualismo e um enfraquecimento das demandas coletivas (ANTUNES, 2009). Essa conjuntura está também diretamente ligada aos processos de luta dos(as) moradores(as) do Lagamar.

Fruto da crise estrutural do capital, observa-se na contemporaneidade um processo de destruição da força humana que trabalha, a perda ou enfraquecimento dos direitos sociais, a brutalização de enorme contingente de homens e mulheres que vivem do trabalho, a relação predatória entre produção e natureza. Esses são alguns dos fenômenos presentificados nesses tempos.

Durante as entrevistas realizadas com os(as) moradores(as) do Lagamar, foram comuns relatos do tipo: “hoje as coisas estão mais difíceis, as pessoas não conseguem mais se reunir e participar de nada”; “o povo trabalha, tem que sustentar a família e fica difícil participar das mobilizações”. Essas declarações exemplificam também como a atual precarização do trabalho mina a vida da classe trabalhadora, ou seja, quando o capital entra em crise, a exploração dos trabalhadores aumenta, e estes têm mais dificuldades de se organizarem coletivamente por questões concretas de suas vidas.

A conjuntura atual de aprofundamento do neoliberalismo, que vem acompanhado do conservadorismo nos âmbitos político e social, traz rebatimentos fortes à classe trabalhadora do país, que hoje é comandado por um Estado que defende o desmonte de políticas públicas. No Lagamar, foram constantes falas denunciando a falta de políticas sociais para manter os equipamentos da comunidade: “falta recursos” (sic); “antes a gente conseguia mais projetos”. Essa conjuntura, no entanto, não é própria do Lagamar, ela ultrapassa o âmbito local e está presente nas periferias das grandes cidades.

Para além disso, a população do Lagamar vivenciou o processo de criação de creches, escolas, associações, fundações etc., feito pelos próprios(as) moradores(as). Quando a comunidade foi sendo ocupada e, conseqüentemente, criada e denominada de Lagamar, o local era mais vulnerável e sem estrutura que atualmente. Assim, a mobilização coletiva se deu por sobrevivência, já que o local não possuía água, luz, saneamento básico mínimo, como foi relatado nas páginas anteriores. A partir das lutas locais, o acesso aos bens materiais aumentou e a estrutura física da comunidade também. Soma-se a isso o surgimento da atuação do Estado dentro da comunidade (as creches e as escolas, criadas pela força dos(das) próprios(as) moradores(as), geralmente as mães, foram municipalizadas). Uma entrevistada relatou que, atualmente, não há força nos movimentos sociais do bairro porque “todo mundo tem moto, bicicleta; antes não tínhamos nada”.

No entanto, entende-se que muitas das declarações sobre a falta de mobilização no Lagamar estão condicionadas pela própria experiência das ex-líderes comunitárias que

vivenciaram as décadas de grande crescimento de movimentos sociais nas periferias urbanas, principalmente a década de 1980. Nesse período, além do crescimento de fóruns, conselhos e organizações coletivas, no geral, havia a Igreja Católica dando suporte por meio das CEBs, o que não ocorre atualmente.

Infere-se que o Lagamar, inserido nesse contexto contemporâneo de desmonte e aprofundamento do individualismo, foi atingido em cheio pelas radicais mudanças que se processaram em sua história. De uma comunidade articulada, passou-se a uma perspectiva menos mobilizadora e inspiradora de novas perspectivas de luta.

Ainda com essas contradições próprias da sociabilidade capitalista, compreende-se que, apesar das denúncias sobre a grande desmobilização no Lagamar, este ainda é, coletivamente, forte e consegue agir diante de ameaças que, geralmente, são ligadas à “casa própria”: “O Lagamar nunca se uniu para agir, ele sempre se uniu para REAGIR diante de alguma ameaça”. Diante disso, é notável que a luta pela cidade para esses(as) moradores(as) não é somente uma questão de “receber o papel”, mas sim uma questão de sobrevivência.

Lukács (1977, p. 11) lembra que “a sociedade só pode ser compreendida em sua totalidade em sua dinâmica evolutiva, quando se está em condições de entender a vida cotidiana”. A esfera do cotidiano é uma esfera precisa: é a esfera do homem concreto. Nessa vida cotidiana o homem se reproduz como indivíduo e reproduz a totalidade social.

Heller (1970, p. 17) explica: “A vida cotidiana é a vida de todo o homem, no qual este participa com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade [...] seus sentidos, capacidades intelectuais, suas habilidades, sentimentos, paixões, ideias, ideologias [...] todos em relação”. Na citação, a autora ressalta o aspecto dialético e histórico presente na vida cotidiana, em um cenário onde os homens constroem o mundo objetivo e a sua subjetividade. Sociabilidade e vida cotidiana compõem o mesmo complexo social. Enquanto totalidade da prática social, a primeira diz respeito à complexidade da vida em sociedade e seus impactos nas escolhas e atos individuais. A segunda, também parte dessa totalidade, é a forma imediata da humanidade, é a base das relações humanas.

Na contemporaneidade o capitalismo inculca a sociabilidade quando o mercado aparece como eixo regulador da vida social; a lógica pragmática e produtivista incita a competitividade, rentabilidade, eficácia e eficiência como critérios que referenciam a vida em sociedade; a mentalidade utilitária reforça o individualismo; a naturalização da sociedade ativa os apelos morais à solidariedade e no contrapapel observa-se a crescente degradação das

condições de vida das grandes maiorias. Este cenário atinge as formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias e estimulando um clima de incertezas e desesperanças.

Observou-se, ao longo do diagnóstico, que os sujeitos coletivos parecem afetados por aspectos da sociabilidade contemporânea. Infere-se que a desarticulação encontrada tem estreita relação com esse *modus operandi* contemporâneo de constituir os afetos políticos.

**Figura 5 - Integrante do Caderno Social apresentando a pesquisa para a comunidade**



Fonte: acervo da equipe.

Um processo de desvelamento da realidade se estabelece a partir da percepção de tais contradições. Essa nova ordem desorganiza os hábitos e modos de ver a realidade, desconstrói e clama por definições. Portanto, aproveitar os espaços contraditórios inerentes à sociabilidade capitalista pode garantir que a comunidade emergja na sua condição de sujeito e se articule, no bojo de suas lutas, a outras lutas pela emancipação da sociedade.

## **5 PROPOSTAS PARA O PLANO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

O presente caderno se insere nos termos do estudo e elaboração de Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF) para as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Tais zonas, destinadas à regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes, envolvem, em seu escopo, a necessária criação e desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social. Um dos objetivos primordiais da ZEIS é ampliar a oferta de infraestrutura urbana e de equipamentos comunitários, garantindo a qualidade ambiental, além do desenvolvimento humano dos seus habitantes. O Plano Diretor Participativo de Fortaleza já exigia, em 2009, que todo esse trabalho fosse realizado de maneira participativa e integrada. Posto isso, este Caderno tem a finalidade de subsidiar ações de intervenções que visam à participação social das pessoas que vivem no território da ZEIS Lagamar.

A comunidade necessita de intervenções emergenciais para sua melhoria urbanística e ambiental que atendam às demandas da população, pois apresenta carências de toda a ordem, tais como a falta de equipamentos públicos e saneamento, que agravam a situação social dos(as) moradores(as).

A constituição da ZEIS do Lagamar se realizou depois de muitas lutas para garantir a sua inclusão nesse processo. Ela foi delimitada por meio de emenda à Lei Complementar nº 062/2009, e sua primeira etapa caracterizou-se pela constituição do Conselho Gestor, além da elaboração de um plano urbanístico popular, não implementado, assessorado, dentre outras, pela organização não governamental Fundação Marcos de Bruin.

A segunda etapa da implantação das ZEIS diz respeito à elaboração do PIRF, objeto deste trabalho, e envolveu um processo de participação conjunta com a comunidade e pactuação com o Conselho Gestor de levantamento de informações diagnósticas e construção de propostas de desenvolvimento social comunitário.

O planejar por si só não garante o poder de criar realidades próprias para uma população. A qualidade da participação vai para além de opiniões colhidas, pois ela implica envolvimento e faz parte de um projeto social, tendo a condição de modificá-lo e de ser transformada por ele. Por isso, o Plano de Regularização Fundiária deve ter características de



um projeto social, aqui considerado como um esforço solidário e participativo que tem como objetivo melhorar um ou mais aspectos de uma comunidade, potencializando a consciência social dos indivíduos.

Este Caderno visa oferecer, a partir da escuta comunitária e das informações levantadas ao longo do projeto, proposições e diretrizes capazes de dar suporte à execução do PIRF na ZEIS Lagamar, no que tange à participação comunitária ao longo do processo de execução do referido plano. O PIRF deve ser construído vinculado a uma efetiva participação popular como condição imprescindível para legitimar a inserção dos(as) moradores(as) no contexto social das mudanças propostas.

## 5.1 FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E DOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO

Este item tem como objetivo apresentar as estratégias e as ações de fortalecimento das organizações existentes no território, além de propor a constituição e formalização de novas representações e canais de participação e controle social, estimulando dois pontos básicos:

- a) A inserção da organização comunitária da área em movimentos sociais mais amplos e em instâncias de controle e gestão social.
- b) A criação de organismos representativos da população em grupos sociais e/ou comissões de interesses (tais como comissão de acompanhamento de obras, comissões de jovens, de mulheres e de outros interesses despertados pelo projeto).

Diversas instituições têm direcionado suas ações na promoção do desenvolvimento do Lagamar na contemporaneidade, ainda que atravessadas por dificuldades de toda a ordem, no que tange à mobilização e à consequente carência de articulação e participação política. Questões relativas ao enfraquecimento das parcerias entre as entidades, lacunas graves na formação de lideranças comunitárias, além da pouca participação e organização das mesmas de forma a garantir a participação popular, foram aspectos apontados pelos(as) entrevistados(as). Esse parece ser um grande dilema a ser enfrentado pelas lideranças e organizações comunitárias do Lagamar.

As principais organizações que a comunidade reconhece como existentes na atualidade se caracterizam por oferecer serviços mais imediatos à população na ânsia pela resolução de problemas cotidianos. Um questionamento que perpassou todo o trabalho por parte dos(as) pesquisadores(as) foi o quanto se torna necessário que a comunidade se prepare para o momento de execução do Plano Integrado de Regularização Fundiária, sob pena do despreparo e conseqüente enfraquecimento inviabilizarem o poder e a força da comunidade na luta pela garantia dos seus direitos sociais mais amplos, quando das mudanças e transformações que o próprio Plano venha a explicitar.

Esse cenário torna a reflexão ainda mais séria, uma vez que não se trata apenas de capacitar as organizações, mas de apresentar-lhes efetivamente como tal plano está elaborado, para que o seu conteúdo seja posto em discussão e negociações sejam efetivadas, sempre levando em conta o desenvolvimento comunitário. Além do mais, fortalecer os canais de participação é legitimar os instrumentos de controle social numa sociedade democrática.

**Figura 6 - Integrante do Caderno Social apresentando a pesquisa para a comunidade**



Fonte: acervo da equipe.

Importante elencar o mapeamento das principais organizações atuantes na comunidade, que variam em níveis de atuação. As associações, as organizações sociais e o Fórum de moradores foram citados pela comunidade como atuantes. Foram mencionados o

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS; Fundação Marcos de Bruin – FMB; Frente de Assistência à Criança Carente – FAAC; Frente Beneficente para a Criança; Salão São Francisco; Jovens em Busca de Deus – JBD; Associação da Cidade de Deus; Favelafro; Coletivo Flor do Asfalto.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - localizado na Av. Sabino Monte, 4506 - São João do Tauape - é bastante atuante e reconhecido pelos moradores da ZEIS Lagamar, especialmente devido ao Grupo de Idosos desenvolvido na instituição. Todos os(as) participantes das entrevistas afirmaram conhecer o trabalho efetivado pela instituição nesse âmbito. Outros projetos também coordenados pelo CRAS e ressaltados pela comunidade são o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Grupo de Gestantes.

Sobre o CRAS, os(as) entrevistados(as) ainda pontuam como ponto forte da instituição a relação territorial com a comunidade, uma vez que o referido Centro se instituiu, de fato, como ponto de referência para todos os microterritórios. Nesse sentido, ainda que haja limitações quanto à disposição geográfica dos territórios, é o local mais propício para o desenvolvimento de atividades que contemplem toda a extensão do Lagamar. É comum oferecerem atividades, como capacitações e oficinas, aos usuários, principalmente os que fazem parte do Grupo de Idosos.

A forte atuação do CRAS no bairro do Lagamar, as características do serviço prestado e a posição estratégica que ocupa territorialmente muito podem oferecer ao fortalecimento das lutas comunitárias e à mobilização dos(as) moradores(as) da ZEIS Lagamar, seja como espaço capaz de reunir moradores(as) de diversos territórios na articulação coletiva, seja para efetivamente discutir e tornar conscientes as propostas do PIRF.

Vale ressaltar que o CRAS, por sua tradição de atendimento às pessoas de faixa etária idosa, pode aglutinar a experiência acumulada dos mais velhos quando se tratar de opinar sobre o PIRF, desde o que será mantido até as mudanças mais profundas no cotidiano dos(as) moradores(as) que serão beneficiários(as) do referido Plano. Até mesmo nas questões relativas à solução de problemas práticos referentes à organização comunitária, os(as) moradores(as) mais idosos(as) podem dar uma grande contribuição.

A Fundação Marcos de Bruin (FMB) é uma organização não governamental (ONG), situada na Rua Hermínio Barroso, 860 (Aerolândia), que tem forte impacto na comunidade do Lagamar. Ela foi criada, como relatou o Conselho Gestor, em maio de 1992,

“pelos moradores do Lagamar, a partir da iniciativa do pai do Marcos (Hermann de Bruin), que monta uma ONG na Alemanha para aportar recursos para a Fundação, mas os instituidores da FMB foram moradores”.

Possuiu uma atuação bastante expressiva no passado e é reconhecida pela comunidade como um símbolo de luta e promoção de melhoria e oportunidade de capacitação para a juventude. A FMB destaca-se bastante pelo fortalecimento das lutas concernentes ao direito à moradia. Sua trajetória de luta a credencia a abrir espaços de discussão e negociação permanentes sobre todas as etapas do PIRF que deverão ser postas em execução. Torna-se importante ressaltar ainda o que o Caderno responsável pelo Plano de Geração de Trabalho e Renda (2020, p. 12) aponta:

Na ZEIS do Lagamar identificaram-se dois lugares possíveis de construção/adequação para espaços de estímulo ao empreendedorismo e inovação no estilo *coworking* e incubadoras, quais sejam: terreno reservado para expansão da Fundação Marcos de Bruin e o prédio da Central Única das Favelas – CUFA.

A Fundação pode prestar apoio às atividades desenvolvidas, como viabilizar reuniões e oficinas sobre os mais diversos temas, incluindo o estímulo ao empreendedorismo, efetuando os levantamentos de campo, prestando informações que se fizerem necessárias e realizando a divulgação permanente do andamento dos trabalhos relativos ao PIRF.

**Figura 7 - Educadores da FACC, crianças integrantes do Conselho e Equipe do Caderno Social em uma das visitas dos pesquisadores às instituições do Lagamar**



Fonte: acervo da equipe.

A Frente Beneficente para a Criança (Rua Capitão Uruguai, 393, Alto da Balança) é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos. Essa organização possui um sistema de apadrinhamento das crianças e adolescentes, fomentando atividades educativas e fortalecendo vínculos familiares e comunitários.

Ainda sobre atividades direcionadas às crianças e aos adolescentes, os(as) interlocutores(as) apresentaram a Frente de Assistência à Criança Carente (FAAC), que se localiza na Rua Carvalho Júnior, 571, bairro São João do Tauape. Essa organização, também sem fins lucrativos, desenvolve diversos cursos de cunho artístico, tais como teatro e dança, bem como oferta aulas de reforço no contraturno da escola. Ademais, a FAAC estimula e possibilita a formação de grupos de crianças e jovens, em que eles mesmos se organizam para gerenciá-los.

A experiência acumulada por essas duas instituições citadas acima será fundamental para construir o envolvimento, a participação e a articulação das crianças e jovens da comunidade. Tal público-alvo tem muito a contribuir no processo de implantação do PIRF, como influenciadores e formadores de opinião da juventude do bairro, tendo vez e voz nas discussões sobre as ações que os envolvam.

O Salão São Francisco também é uma referência no que diz respeito ao fortalecimento comunitário, já que nele ocorrem atividades organizadas pela comunidade. Nesse espaço, acontecem diversos eventos, incluindo velórios. Tem-se aqui outra organização com potencial para articular as lutas comunitárias e, conseqüentemente, fazer com que o Plano seja posto em execução, tendo a participação comunitária como foco central.

O grupo Jovens em Busca de Deus (JBD), cuja sede fica na Rua Aspirante Mendes, 39, no São João do Tauape, é uma organização ligada à Igreja Católica que também teve sua atuação mencionada pelos(as) entrevistados(as), principalmente no tocante às lutas por moradia. Parte das lideranças atuais são oriundas desse grupo, que tem como um de seus pilares, segundo os(as) entrevistados(as), desenvolver reflexões acerca da comunidade e da luta pela garantia dos direitos dos(as) moradores(as) do Lagamar.

Essa associação também é bastante reconhecida pela sua atuação com a juventude, uma vez que promove catequese para jovens, bem como desenvolve, por exemplo, cursos de instrumentos musicais, contexto que facilita a construção de vínculos sociais entre os

participantes do JBD, os quais comumente são inseridos nos debates acerca das lutas sociais, como foi dito anteriormente.

A Associação da Cidade de Deus, por sua vez, ligada à Igreja Evangélica, cede o espaço para a realização de encontros comunitários, desenvolvendo ações relacionadas à luta pela moradia. Vale ressaltar que a comunidade, nesse microterritório, costuma se reunir com maior frequência, especialmente em situações em que há risco iminente da perda ou remoção de suas casas. Em ocorrendo tal fato, os(as) moradores(as) teriam que ir para outros locais, com o risco de serem despejados(as) por facções criminosas.

Percebe-se aqui que a força da comunidade aparece em momentos cruciais, principalmente ligada à questão da moradia. Jovens em Busca de Deus e a Associação da Cidade de Deus irmanam-se na luta pela moradia. A comunidade precisa conhecer as proposições existentes no Plano para poder posicionar-se, participando ativamente do processo. Sabe-se que os conflitos referentes à mobilidade social são recorrentes, destacando necessidades de efeitos no que tange a esse particular. Por isso é importante reportar-se às ações indicadas pelo Caderno Urbanístico neste sentido. Duas entrevistadas contam que a última manifestação realizada pelos(as) moradores(as) uniu, neste sentido, cerca de 50 pessoas, tendo à frente uma liderança legitimada pelo grupo.

Em relação aos projetos existentes na região, o Projeto “Semeando” apareceu como uma iniciativa da Igreja Assembleia do Pastor Adauto, em que as crianças recebem um reforço escolar. As propostas sugeridas relacionam-se a lugares de lazer para as crianças, melhoria nas praças e cursos profissionalizantes de corte e costura. Diante disso, percebe-se que a demanda por praças e áreas de lazer foi muito solicitada pelos(as) entrevistados(as) nesta comunidade. Sabe-se que tal demanda é objeto de análise do Caderno Urbanístico (2020, p. 43): “Com a análise técnica juntamente com os relatos dos moradores foi possível identificar a grande carência de espaços livres qualificados no território da ZEIS Lagamar, bem como no seu entorno imediato”.

Observou-se, então, que, no Lagamar, as crianças brincam em ruas e becos, os quais, na maioria das vezes, são carentes de saneamento. Sendo os espaços de lazer fundamentais para o incremento do convívio social e o desenvolvimento da sociabilidade infantil, indica-se como providência prioritária.

No sentido geral desse momento dos Diálogos Urbanístico e Social, alguns(algumas) moradores(as) alegaram, constantemente, que na região em que moram “não

tem nada”, somente a Igreja via de regra utilizada para atividades mais próximas do convívio social.

Essas indicações apontadas por moradores(as) da Cidade de Deus também foram frequentes no relato de moradores(as) dos outros microterritórios, unânimes em denunciar a ausência de espaços coletivos propícios a atividades esportivas, culturais e de lazer.

A Cooperativa FAVELAFRO é formada por mulheres empreendedoras e desenvolve atividades no ramo de corte e costura, confecção de bolsas, mochilas, carteiras e outros produtos, nas dependências da Fundação Marcos de Bruin. Citada como uma associação atuante no passado, a FAVELAFRO encontra-se hoje em dificuldades, em face do número reduzido de trabalhadoras e por questões financeiras de toda ordem.

A FAVELAFRO participa de feiras de empreendedores dentro da própria comunidade. O objetivo é fomentar a produção e o consumo a partir dos vínculos sociais comunitários, demonstrando um forte potencial para o desenvolvimento de processos colaborativos ainda mais intensos. Como é apresentado pelo Plano de Geração de Trabalho e Renda (2020, p. 11), vislumbra-se o estímulo de um consumo colaborativo:

O consumo colaborativo é um conceito que representa um conjunto de práticas de mercado que pode transcender a dimensão puramente econômica, envolvendo, principalmente, relações de compartilhamento, reciprocidade e colaboração, entre outras. Apesar de englobar um amplo conjunto de atividades, o consumo colaborativo se insere em uma perspectiva econômica ainda mais ampla, denominada de economia do compartilhamento.

Observa-se que tal associação tem, em sua vocação, a expertise instalada para o desenvolvimento de trabalhos autônomos que visem a garantir possibilidades de renda e empregabilidade. Essa vocação pode ser estimulada e apoiada, uma vez que, além de ser uma associação instalada em um ponto central da ZEIS, poderá constituir-se em vetor da descoberta de novas habilidades laborais entre os(as) moradores(as) que serão afetados(as) pelo Plano. Nessa mesma direção, o Caderno responsável pelo Plano de Geração de Trabalho e Renda (2020, p.14) questionou os(as) moradores(as) sobre “Empreendimentos de Economia Solidária”, apresentando no Diagnóstico a seguinte observação:

Ampla receptividade da população local relacionada à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e associações que atuem no apoio ao desenvolvimento do comércio local, fortalecendo as atividades econômicas mais presentes na comunidade, e à criação de novas oportunidades de negócios com foco na profissionalização e geração de renda para os jovens da comunidade.

Andando pelo Lagamar, identifica-se uma série de práticas cotidianas que refletem o seu ambiente de morada, desde a simples utilização como moradia até seu uso como meio produtivo. As mudanças previstas pelo PIRF, seguramente, provocarão uma revisão nesses ambientes e na forma como os(as) moradores(as) os utilizam. A associação conta com instalações amplas com capacidade de aglutinar os(as) moradores(as) na confecção de produtos para comercialização. Apoiar a formação de práticas de geração de trabalho e renda, focadas em uma ideia de economia solidária, pode ser uma das ações a serem desenvolvidas pela Associação.

**Figura 8 - Sala da Favelafro, na Fundação Marcos de Bruin**



Fonte: acervo da equipe.

O Coletivo Flor do Asfalto reúne pessoas do Lagamar pertencentes à comunidade LGBTQIA+ e acontece na Fundação Marcos de Bruin. Contudo, os(as) entrevistados(as) relataram a dificuldade de mobilização comunitária e de manutenção regular das atividades por seus membros devido a dificuldades de ordem política e social. Um dos integrantes, por exemplo, em sua linguagem peculiar, relatou que o aprofundamento do conservadorismo, próprio do neoliberalismo, também tem prejudicado as demandas coletivas do grupo.

Ademais, acrescenta-se que os(as) entrevistados(as) registraram a desmontagem de outras organizações antes existentes, mas atualmente inativas, tais como a Central Única



das Favelas (CUFA), o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), a Associação dos Moradores do Lagamar/São João do Tauape e a Associação Comunitária do Lagamar.

Verifica-se, como foi explicitado na fase do diagnóstico, que ocorre uma desmobilização generalizada. Não é sem razão que a grande maioria dos(as) entrevistados(as) identificou a necessidade de promover uma forte ação de reestruturação institucional do ponto de vista interno, desde os aspectos organizativos até àqueles referentes à articulação com outras associações e organizações existentes.

Para tanto, eles(as) apontaram que espaços físicos adequados para a realização das atividades comunitárias também precisam ser reestruturados e melhor aproveitados. Enfatizaram também a necessária otimização de recursos humanos e materiais para a manutenção de atividades comunitárias, imprescindível à implantação e efetividade do PIRF.

Uma outra questão, ainda no campo das necessidades apontadas pela comunidade, diz respeito à possibilidade de ampliar a mobilidade social, ou seja, a capacidade de ir e vir dos(as) moradores(as), entre os diversos territórios no interior da comunidade. Tal problema é emblemático no tocante à desmobilização comunitária, sobretudo pela via do medo e/ou risco de morte advindos da intervenção e do poderio das facções lá existentes. Esta situação também foi citada como problemática para o desenvolvimento de atividades econômicas no território da ZEIS Lagamar. No Caderno de Geração de Trabalho e Renda, a violência é relatada como algo que atrapalha e impacta os negócios dos moradores.

Levando em consideração que o cerne do PIRF envolve a temática da moradia, das políticas urbanas e da mobilidade social das comunidades beneficiárias das ZEIS, a restrição da capacidade de ir e vir e o seccionamento territorial aparecem como questão prioritária. A execução do PIRF trará uma série de modificações e supõe o aprofundamento de reflexões especializadas mediante a materialização de propostas concretas para as situações.

As estratégias e principais ações de fortalecimento das organizações existentes no território apontadas pelos(as) entrevistados(as) foram as seguintes:

1. Criar mecanismos de comunicação para intensificar a transmissão de informações acerca das atividades desenvolvidas. Nesse particular, cabe uma pontuação sobre esta estratégia. A rede de comunicação existente no Lagamar expressa uma série de entraves. O fato de a comunidade estar subdividida em sete territórios, além dos problemas de mobilidade urbana existentes, provoca impactos diretos na rede de comunicação que circula no bairro. Soma-se a

isso a desarticulação entre as próprias organizações sociais existentes, que, geralmente, não dialogam de modo efetivo entre si. Criar mecanismos de comunicação capazes de sensibilizar a comunidade do Lagamar sobre a importância da sua participação no processo de execução do PIRF, trabalhando em uma perspectiva de rede, é fundamental. É necessário, portanto, estimular um modelo de comunicação entre os(as) moradores(as) beneficiários(as) da ZEIS, capaz de abrir caminhos para novas descobertas e conhecimentos, através de um diálogo crítico e reflexivo.

2. Unir as lideranças. Tal proposição reflete um anseio dos(as) entrevistados(as) de provocar uma reflexão sobre a importância da união das lideranças do bairro no que tange às expressões das questões sociais mais estruturais e da execução do PIRF em particular. Tal união será fundamental para que eles(as) possam alavancar o debate em torno das necessidades prioritárias do Lagamar e das possíveis soluções de encaminhamentos para as lutas coletivas. Uma liderança unida será aquela capaz de administrar o binômio unidade na diversidade e constituir, a partir de diálogos coletivos, os caminhos necessários para a transformação social do lugar.

3. Estimular a criação de associações vinculadas a movimentos culturais e artísticos. Esta estratégia visa reforçar o surgimento de associações capazes de aglutinar, a partir das diversas representações artísticas e culturais, a diversidade de grupos existentes, ampliando os canais de participação social.

4. Constituir núcleos das associações existentes no bairro em cada um dos microterritórios, haja vista a realidade do Lagamar como território dividido em lutas e conflitos. A construção de tais núcleos poderá, na visão dos (as) moradores (as), facilitar a comunicação, a integração e a aproximação, por ocasião das ações comunitárias.

5. Promover articulação entre as associações. A articulação entre as diversas associações foi uma das estratégias mais citadas pelos (as) entrevistados (as). Entende-se por esta proposta que as organizações atuem de forma conjunta, integrando, desse modo, os espaços utilizados, as atividades em parceria e os recursos disponíveis. Pensar em uma atuação em rede é, também, potencializar as ações e fortalecer os atores sociais envolvidos.

6. Resgatar as associações de moradores anteriormente existentes. As associações de moradores, ao longo de décadas, foram bastante influentes no tocante às reuniões e às deliberações em torno de atividades efetivadas no Lagamar. É interessante pontuar que, dentro do território, diversas associações existiam concomitantemente e dialogavam entre si.

Estes espaços foram bem frutíferos para a comunidade, uma vez que as reuniões - além de mobilizar ações para lutar por direitos da comunidade e promover reflexões para novas ações políticas - proporcionaram o fortalecimento de vínculos comunitários.

A seguir, será apresentado um quadro que integra objetivamente as propostas que a comunidade relatou e aquelas elaboradas pela equipe responsável pelo Caderno de Participação Social e Desenvolvimento Comunitário.

**Quadro 2 - Indicação de capacitação para lideranças e grupos representativos em processo de gestão comunitária**

EIXO I	PROPOSTA	CAPACITAÇÃO
<b>O papel das associações e dos grupos representativos de segmentos da população no controle social das políticas públicas</b>	Criar mecanismos de comunicação para intensificar a transmissão de informações acerca das atividades desenvolvidas.	Capacitação em gestão comunitária.
	Promover articulação entre as associações.	Capacitação em desenvolvimento de modelos de comunicação em rede.
	Constituir núcleos das associações existentes no bairro em cada um dos microterritórios.	Seminários sobre formalização, institucionalização e gestão de núcleos representativos.
	Resgatar as associações de moradores anteriormente existentes.	Encontros temáticos de resgate da história e memória da comunidade.
	Unir as lideranças.	Encontros periódicos de lideranças para refletir sobre o papel das associações no Lagamar.
	Estimular a criação de associações vinculadas a movimentos culturais e artísticos.	Formação dos(as) moradores(as) em movimentos culturais e artísticos.

Fonte: elaboração da equipe.

Em relação à constituição e à formalização de novas representações e canais de participação e controle social, os(as) entrevistados(as) apontaram a necessidade de qualificação das organizações comunitárias no interior dos movimentos sociais como uma dimensão fundamental, uma vez que, segundo os depoimentos, é notória a fragilidade das organizações para o manejo das instâncias de controle e gestão social. Capacitar para tal

manejo, portanto, envolve a ampliação de conhecimentos relativos à dinâmica social, política, econômica, cultural e comunitária, além de discernimentos normativos para o sábio uso dos instrumentos de participação comunitária e organização política.

A criação de organismos representativos da população em grupos sociais e/ou comissões de interesses também foi sugerida pelos(as) entrevistados(as), uma vez que na comunidade do Lagamar tal representatividade já se faz sentir através dos coletivos de mulheres, como o FAVELAFRO e o Flor do Asfalto, da população LGBTQIA+. A comunidade sugeriu que houvesse maior nível de engajamento nas lutas associadas à ZEIS, uma vez que as organizações, em geral, muitas vezes ficam focadas nas suas próprias lutas específicas, sendo necessário ampliar a rede de luta conjunta.

Outro aspecto relevante remete à proposta apresentada pelo Caderno de Emprego e Renda, apontando para a necessidade de identificar instituições públicas e privadas que apoiam empreendimento de economia solidária. Tal identificação permitirá o compartilhamento de informações entre os representantes da comunidade e, conseqüentemente, possibilitará discussões sobre as formas solidárias de implantação desses empreendimentos. Tal como observou o Caderno de Emprego e Renda, a comunidade já apontava a necessidade de as associações perceberem e reconhecerem os diversos negócios existentes no Lagamar.

As organizações sociais da comunidade podem buscar a ampliação de conhecimentos relativos ao contexto social, político, econômico, cultural e comunitário, dentre outros, além dos instrumentos de participação comunitária e organização política. A formação e o aprimoramento técnico e de articulação dessas organizações são, portanto, uma forma efetiva de viabilizar a constituição e a formalização de novas representações.

O quadro seguinte apresenta, de maneira direta, pontos importantes a respeito das entidades representativas do Lagamar. Nele destaca-se a importância das propostas e das capacitações para que os condomínios sejam utilizados de forma correta pelos(as) moradores(as) da comunidade.

**Quadro 3 – Propostas e capacitações sugeridas em relação às entidades representativas e à organização da moradia**

<b>EIXO II</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>CAPACITAÇÃO</b>
<b>As questões de formalização e legalização das entidades representativas e sobre organização dos condomínios nos empreendimentos verticalizados (legislação, objetivos, organização e funcionamento)</b>	Qualificar as organizações comunitárias no interior dos movimentos sociais para o manejo das instâncias de controle e gestão social.	Capacitação em gestão comunitária, na construção de instrumentos de participação comunitária e organização política e na formação em aspectos jurídicos e normativos.
	Criar organismos representativos da população em grupos sociais e/ou comissões de interesses e identificação de entidades parceiras.	Formação em desenvolvimento identitário, visando ao reconhecimento de pertença a grupos e ampliação de engajamento nas lutas sociais da ZEIS.
	Conhecer o processo de organização dos condomínios e empreendimentos verticalizados.	Capacitação em legislações, objetivos, organização e funcionamento dos condomínios nos empreendimentos verticalizados.
	Formalizar e legalizar as entidades representativas da comunidade.	

Fonte: elaboração da equipe.

Tal posicionamento contribuirá sobretudo para que novos canais de participação sejam abertos, influenciando na inserção das organizações comunitárias em movimentos sociais mais amplos.

O papel das associações e grupos em processos de gestão comunitária na comunidade do Lagamar é de articulação crítica e política na luta pela implementação da ZEIS, e, se fortalecido, ensejará o estabelecimento de mecanismos de controle social das políticas públicas.

## 5.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DE LIDERANÇAS E SUJEITOS SOCIAIS

Compreendendo que o direito à moradia digna e, conseqüentemente, o direito à cidade são transversais a outros direitos sociais, é necessário que o PIRF inclua ações educativas que visem a fortalecer o território e as pessoas que nele vivem.

Para uma melhor efetivação das políticas públicas, principalmente da política urbana, é necessária uma maior aproximação do Estado à comunidade. Para isso, as lideranças se tornam essenciais, uma vez que são elas representantes das demandas daquela população.

A indicação de capacitações para as lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária se ordenou a partir do eixo básico relativo ao papel das associações e dos grupos representativos de segmentos da população no controle social das políticas públicas.

Acredita-se, para fins deste Caderno, que o papel que as associações e os grupos em processos de gestão comunitária deveriam exercer na comunidade do Lagamar é de suma importância. Seu papel de articulação crítica e política na luta pela implementação da ZEIS no Lagamar, se fortalecido, contribuirá para o estabelecimento de mecanismos de controle social das políticas públicas, acima referido.

Observou-se, durante a pesquisa, a comunidade, por vezes, denunciando que as lutas nesses tempos contemporâneos assumem características mais individuais que coletivas e que é necessário que as lideranças resgatem as experiências de condução das lutas realizadas no passado. A comunidade apontou que não há, na atualidade, cursos de formação de base que preparem as lideranças em seu percurso de aprendizado.

Segundo os(as) entrevistados(as), antes havia a escuta aos moradores(as) e a uma liderança em cada rua do Lagamar. Hoje, as igrejas não são, segundo eles, atuantes como no passado, além de denunciarem que “as facções estão matando os movimentos sociais”. A comunidade infere que as lideranças se encontram, atualmente, enfraquecidas diante das facções. Uma outra evidência diz respeito ao fato de os(as) moradores(as), no geral, notarem que a força de luta se concentra na questão da moradia, cuja tradição vem da história de luta deste lugar.

Portanto, as capacitações para as lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária propostas pela comunidade referem-se ao necessário resgate do papel

do(a) líder comunitário(a). Sua formação precisa perpassar a área de desenvolvimento comunitário e da articulação e ampliação do raio de atuação das lideranças comunitárias.

Diante disso, algumas outras proposições também foram elencadas pelos(as) entrevistados(as) e pela equipe técnica da UECE:

- Criar mecanismos de comunicação para intensificar a transmissão de informações acerca das atividades desenvolvidas pelas associações.
- Reunir os(as) diversos(as) líderes para que eles(as), juntos(as), possam movimentar toda a comunidade.
- Promover associações ligadas a movimentos culturais e artísticos a fim de estimular a participação da juventude.
- Remunerar os(as) líderes, visto que muitos(as) não conseguem estar à frente das organizações porque precisam trabalhar e não lhes sobra tempo. Sugere-se, portanto, que a Prefeitura Municipal de Fortaleza publique editais de financiamentos específicos para movimentos e organizações sociais inseridos em territórios identificados como ZEIS.

A capacitação na formalização e legalização das entidades representativas é de fundamental importância. Tal capacitação deverá direcionar-se ao fortalecimento das entidades parceiras e suas ações, além de ser capaz de promover a união entre as entidades. Para tanto, deve ser direcionada para o aprendizado da mobilização comunitária, das questões referentes às lutas e reivindicações relativas à política habitacional e que contribua para sensibilizar a comunidade e os diversos atores da sociedade quanto à importância da questão urbana do Lagamar. A capacitação na formalização e legalização das entidades deve tornar a organização comunitária sólida e legitimada pela comunidade.

É primordial, também, deslindar as capacitações referentes aos condomínios nos empreendimentos verticalizados (legislação, objetivos, organização e funcionamento). Logo, entende-se a necessidade de constituir uma equipe formada por profissionais que possa explicitar - tanto para as lideranças quanto para os(as) moradores(as) que se dispuserem a participar da capacitação - os trâmites envolvidos ao longo de todas as obras que serão construídas por ocasião do PIRF.

Nesse sentido, há a necessidade de uma formação mais ampla, que envolva não só empreendimentos verticalizados, mas questões legais sobre o planejamento e a execução de

obras, como orçamento público e transparência, licitação/contratação. Sugere-se ainda que sejam inseridas formações sobre regularização fundiária para os(as) moradores(as).

A disseminação dessas informações será muito importante para o entendimento, monitoramento e controle das obras que serão realizadas, uma vez que, se apropriando desse conhecimento, a comunidade terá condições concretas de fiscalizar o seu andamento, apontar os principais entraves e possíveis soluções. Tal conhecimento contribuirá para ampliar a visão e a participação da comunidade em todas as fases de execução do PIRF.

Acrescente-se, portanto, que os cursos sejam ofertados antes do início dos empreendimentos, a fim de que a comunidade apreenda todas as informações necessárias desde o planejamento do processo, passando sua execução e fiscalização, até a avaliação. Ademais, enfatiza-se a necessidade de que seja proposta uma metodologia de ensino e aprendizagem apropriada para a transmissão dos conteúdos necessários, utilizando-se de meios diversos - tais como apresentações artísticas e Datashow, entre outros - a fim de que sejam de fácil acesso para todos os segmentos sociais - desde a juventude até os idosos.

A pesquisa prevê que a formação continuada dos sujeitos sociais deve envolver o estabelecimento de programas educativos (oficinas, campanhas, seminários, fóruns, rodas de conversa e outros) para formação de lideranças e demais pessoas da comunidade sobre a infraestrutura a ser implantada no empreendimento, indicando seu valor e importância como equipamento colaborador da redução de doenças, da melhoria dos níveis de saúde da população, da inserção urbana, da mobilidade social, além da redução do desperdício da água e da energia para a elevação da qualidade de vida das famílias. Sugere-se ainda, tal como proposto pelo Caderno de Geração de Trabalho e Renda, que os cursos de capacitação devem envolver os processos de gestão de resíduos sólidos.

Os(as) entrevistados(as) apontaram que são raros os programas educativos existentes na comunidade. Em alguns microterritórios, não há cursos/projetos ligados à educação, além de identificarem carência de projetos tanto para crianças e adolescentes quanto para jovens, adultos e idosos. Algumas idosas, por exemplo, destacaram que anteriormente existiam projetos educativos, como cursos profissionalizantes. Na Cidade de Deus, um dos microterritórios que constitui o Lagamar, foi sinalizado que não existem cursos/projetos relacionados à educação no local.

Alguns(algumas) interlocutores(as) da pesquisa falaram sobre a existência de programas educativos que são desenvolvidos por algumas instituições no território. A



Fundação Marcos de Bruin foi citada, visto que outrora ofertava alguns cursos profissionalizantes, contudo, atualmente, limita-se ao desenvolvimento de atividades relacionadas à cooperativa de mulheres. Diante disso, é notório o esvaziamento dos projetos disponibilizados à comunidade por parte desta instituição.

Outra associação apontada pelos(as) entrevistados(as) foi o grupo Jovens em Busca de Deus. Afirmaram que essa organização tem como ponto forte o desenvolvimento de atividades de cunho artístico, mais especificamente relacionadas à musicalidade. Tem-se, portanto, cursos de instrumentos musicais como violão e bateria, os quais são ofertados para crianças e adolescentes, proporcionando, com isso, momentos de interação e fortalecimento dos vínculos dos participantes.

A existência do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Escola Municipal Almerinda de Albuquerque, também foi apontada como uma excelente oportunidade para o fomento da educação formal de moradores e moradoras que não puderam concluir o Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio. Esta modalidade de educação, portanto, possibilita o aumento da qualificação profissional da comunidade mediante uma metodologia que viabiliza aprendizado para o público em questão.

A Frente Beneficente também foi destacada como uma associação que disponibiliza cursos de desenho, pintura, instrumentos musicais, assim como reforço escolar para crianças. Outra organização que os entrevistados reconheceram como atuante no quesito programas educativos foi a Frente de Atenção à Criança Carente (FAAC), que desenvolve diversas modalidades de cursos - tais como aulas de artes marciais, de dança e de reforço escolar, dentre outros -, bem como promove formação de grupos de jovens que se reúnem para debater pautas que lhes interessem. Também há grupos formados por crianças, chamados conselhinhas, que findam emergindo como atividades educativas, em função dos aprendizados decorrentes da estruturação, manutenção e gerência do próprio grupo e do desenvolvimento das atividades realizadas por eles.

Como afirmado anteriormente, um equipamento social bem reconhecido como atuante pelos participantes das entrevistas é, justamente, o CRAS. Nele, são desenvolvidas tanto oficinas manuais como palestras educativas para a comunidade. O Coletivo Flor do Asfalto também foi citado como uma associação que proporciona desenvolvimento comunitário no âmbito educativo mediante a realização de rodas de conversa, cinedebate e saraus.

De acordo com os(as) entrevistados(as), os programas educativos apresentados não atendem, contudo, às necessidades da comunidade, uma vez que os projetos desenvolvidos não abrangem todos os territórios. A localização de cada uma das associações que ofertam cursos, programas e projetos é determinante para o número de pessoas que poderá ter acesso a elas. Além disso, muitos cursos citados são promovidos pela instituição de forma pontual, uma vez que a falta de recursos humanos e materiais impede a efetivação dessas ações de modo regular.

Em relação aos recursos humanos e materiais, os(as) interlocutores(as) falam sobre a dificuldade para dispor de instrumentos, bem como de espaço físico. Assim, ressaltaram, como proposta, estreitar laços entre instituições que detêm estes equipamentos para utilizá-los no desenvolvimento de atividades educativas. Um dos interlocutores disse: “É necessário que essas instituições que têm instrumentos musicais, por exemplo, convidem as pessoas pra usar os espaços deles. Tem a escola com uma sala cheia de instrumento e ninguém está usando”. Uma afirmação bastante recorrente nas falas dos(as) participantes é, justamente, essa: “O principal é: falta recurso”.

Contudo, como ficou evidenciado nas entrevistas, a participação de sujeitos sociais que possam ministrar os projetos, ensinando e aprendendo com a comunidade, perpassa a discussão contemporânea sobre a precarização do trabalho. Essa conjuntura sociopolítica e econômica, que precisa priorizar a sobrevivência, reduz o tempo disponível para a participação comunitária. Diante desse cenário, emergiu nas entrevistas a proposta de uma remuneração financeira desses agentes por parte do Estado ou a possibilidade de participação em cursos de aprimoramento profissional como forma de viabilizar a atuação de moradores e moradoras do Lagamar como coordenadores(as) de programas educativos.

No tocante às principais demandas referidas pelos(as) entrevistados(as), foi evidenciada a importância de certificações que possam assegurar que aqueles profissionais estejam preparados para o mercado de trabalho. Os(as) interlocutores(as) afirmaram que muitos moradores e moradoras são trabalhadores autônomos, que já possuem maestria no trato do trabalho desenvolvido, entretanto, suas oportunidades são reduzidas devido à falta de certificação que legitime seu ofício.

Em articulação com o Caderno de Geração de Trabalho e Renda, corrobora-se a necessidade da realização de cursos de formação em empreendimentos solidários e a criação de um ambiente de capacitação para as mais variadas profissões já em andamento no bairro,

tais como costureiras, garçons, cozinheiros etc. Fomentar o ensino de profissões, as mais diversas, ou constituir cursos de aprimoramento de conhecimentos e técnicas em cada área específica também serão ações fundamentais.

Além disso, a perspectiva de ampliar para fora da Comunidade o olhar sobre as alternativas de emprego e renda, tais como a criação de feiras de produtos orgânicos, a criação de mídias de divulgação e serviços de entrega, é outra proposta do Caderno de Emprego e Renda que muito poderá contribuir para o desenvolvimento comunitário.

Outra questão apontada pelo Caderno de Geração de Trabalho e Renda (2020, p. 14) diz respeito à proposta de “Criação de cooperativas que apoiem o desenvolvimento de pequenos negócios e a formação para o trabalho na comunidade”. Considera-se tal questão de vital importância para ajudar na melhoria da situação econômica de muitos(as) moradores(as) locais que passam por diversas dificuldades.

Realça-se também que os(as) entrevistados(as) afirmam proposições no âmbito educativo que possam contemplar os interesses da juventude, no estímulo à participação desse público. Para tanto, foram citados programas que envolvam habilidades artísticas, tais como a música e esportes, pontuando o futebol e o judô como áreas de bastante relevância para os jovens desta comunidade.

A oferta de cursos profissionalizantes também foi destacada como primordial para o desenvolvimento da comunidade. Um dos entrevistados expôs que “Os jovens do Lagamar participam das coisas, querem cursos profissionalizantes, gostariam de experimentar os cursos, mas não tem”. De acordo com os participantes, alguns jovens não se dedicam ao colégio porque vislumbram reduzidas oportunidades de ascensão profissional com a conclusão dos estudos e a possível entrada na faculdade. Aparece fortemente a necessidade de conseguir um trabalho a curto prazo, como foi dito por um interlocutor: “Muitos jovens não se preocupam com o vestibular, têm medo de sair do colégio e ficarem desempregados, tem a insegurança”.

Diante disso, torna-se patente a importância da viabilização de cursos profissionalizantes para aumentar as chances de inserção no mercado de trabalho. Os interlocutores citaram algumas modalidades de interesse, como os cursos de corte e costura para os adultos e idosos; instrumentos musicais para jovens do bairro; manicure; corte de cabelo; depilação; serviços gerais; culinária; bolos e doces; informática; línguas estrangeiras; reforço escolar no contraturno das crianças e jovens; EJA; habilitação para o

mercado de trabalho; reciclagem; web design; básico para eletricitista; básico em conserto de aparelhos eletrônicos; cursos de gestantes e pedreiro, dentre outros.

Como é possível observar nas propostas de programas educativos indicados pela comunidade, a maior parte dos cursos diz respeito à capacitação em atividades manuais. Contexto em consonância com os achados do Plano de Geração de Trabalho e Renda (2020, p. 14), porquanto é pontuado em seu diagnóstico que os moradores apresentavam “Maiores Habilidades em Atendimento e Atividades Manuais”. Muito embora as demandas por cursos que estejam ligados a práticas manuais sejam elevadas, fica evidente a importância de implementar programas da área de tecnologia e afins no sentido de favorecer outros sujeitos sociais.

Ao longo das entrevistas também foi mencionada a importância da implantação de tempo integral nos colégios da comunidade. Isso possibilitaria que as crianças participassem de atividades educativas no contraturno da escola, com cursos de desenho e dança, entre outros, bem como reforço escolar, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, afetivas e sociais.

**Figura 9 - Diálogos Urbanísticos Sociais**



Fonte: acervo da equipe.

Tal esforço proporcionaria aos pais e/ou responsáveis maior flexibilidade para assumirem atividades laborais e/ou comunitárias. Ainda sobre programas educativos para crianças, falou-se bastante sobre espaços de lazer na comunidade. Como pontuou um entrevistado: “Não tem muita coisa, as crianças jogam de futebol na rua! Não tem onde a gente se divertir”. É fundamental, portanto, a criação de espaços que possam estimular o desenvolvimento psicomotor das crianças da ZEIS do Lagamar.

Apesar de reconhecer-se a importância das demandas postas pela comunidade, entende-se, para fins desse trabalho propositivo, que são necessários cursos e ações socioeducativas de cunho sustentável para que a reforma urbana seja efetivada de forma mais articulada às outras áreas da vida social.

Assim, entendendo que, como território das ZEIS, o Lagamar passará por transformações conjuntas que fazem parte de uma política urbana que engloba, de fato, o direito à cidade, o presente Caderno faz sugestões de programas educativos que possam melhorar a qualidade de vida dos(as) moradores(as) que terão suas vidas modificadas com a regularização fundiária e todas as suas decorrências.

As sugestões dos(as) entrevistados(as) convergiram para a formação educativa nos aspectos do desenvolvimento humano e profissional dos(as) próprios(as) entrevistados(as). Outros cursos e ações educativas são também de fundamental importância uma vez que os(as) moradores(as) das áreas beneficiadas sofrerão os efeitos das mudanças.

No que tange a esse particular, sugere-se que tais programas sejam articulados à nova realidade proposta pelo PIRF. O Caderno Urbanístico (2020, p. 4), que faz parte desse Plano, tem, em seu escopo, um conjunto de ações integradas que

[...] visam atender às demandas das comunidades em ZEIS, no caso deste Plano em específico, as necessidades da ZEIS Lagamar por infraestrutura urbana, equipamentos sociais, qualidade ambiental, segurança fundiária e melhoria das condições de moradia. Procura-se apresentar soluções para as principais necessidades, mas também para os conflitos de uso e ocupação do solo identificados considerando as limitações existentes na estrutura fundiária do território e legislação federal.

O Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social tem uma missão fundamental nesse contexto, uma vez que todas as ações por ele propostas devem envolver a participação popular permanentemente. Alguns(algumas) moradores(as) passarão a viver em moradias diferentes, com saneamento básico, e aproveitamento dos espaços que se organizarão de outras formas. Outros terão acesso a saneamento, luz elétrica, água, telefone,

ruas pavimentadas e calçadas ou relativa infraestrutura, conforme previsto no Plano Urbanístico (2020, p. 4)

(I) Promover a diminuição dos impactos negativos e da degradação ambiental ocasionado pelo uso e ocupação urbana e propiciar relação de convivência sustentável dos moradores da ZEIS com o meio ambiente; (II) Colaborar com a recuperação e proteção de áreas ambientalmente vulneráveis; (III) Promover condições para a garantia da propriedade da moradia à população residente na ZEIS; (IV) Contribuir com a melhoria da qualidade da habitabilidade da população; (V) Contribuir com a ampliação da oferta e a efetividade de assistência social para os moradores residentes na ZEIS; (VI) Contribuir à integração socioespacial da ZEIS com seu entorno; (VII) Fazer cumprir nos termos da Constituição Federal de 1988, da Lei do Estatuto da Cidade e da Lei do Plano Diretor de 2009, a função social da propriedade no território da ZEIS e no raio de entorno de 3 km estipulado para o mapeado dos vazios urbanos; (VIII) Incentivar a organização, a mobilização e a atuação comunitária de forma a fortalecer a governança local; (IX) Proporcionar o fortalecimento das instâncias de planejamento e gestão democrática referentes ao instrumento de regularização fundiária de interesse social; (X) Contribuir com o incentivo, manutenção e valorização das diversas formas de manifestações populares, movimentos artísticos e culturais locais.

Diante dessa nova realidade, compreende-se a importância do apoio e da preparação para esse novo contexto. Construir relações de pertença com o novo lugar, desenvolver o aprendizado sobre o sentido de coletividade e de comunidade, bem como aprender sobre os desafios da nova moradia e sobre o uso dos equipamentos internos e das áreas externas do condomínio precisam ser observados. Para um melhor entendimento, o Eixo III também foi colocado em um quadro que resume os principais pontos acerca das propostas e das capacitações voltadas para os programas educativos.

**Quadro 4 – Indicação de programas educativos**

<b>EIXO III</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>CAPACITAÇÃO</b>
Estabelecimento de programas educativos (oficinas, campanhas, seminários, fóruns, rodas de conversa e outros) para formação de lideranças e demais pessoas da comunidade sobre a infraestrutura a ser implantada no empreendimento, indicando seu valor e importância como equipamento colaborador da	Criar mecanismos de comunicação para intensificar a transmissão de informações acerca das atividades desenvolvidas pelas associações.	Campanhas para disseminação da comunicação sobre todas as etapas de execução de empreendimento (pré-obras, obras e pós-obras). Oficina de construção dos materiais de divulgação da informação sobre todas as etapas do projeto de execução do PIRF.
	Reunir os diversos líderes para que eles, juntos, possam movimentar toda a comunidade.	Fóruns de lideranças para definir estratégias de mobilização comunitária. Rodas de conversas para compartilhar facilidades, dificuldades e modos de resolução de problemas em todas as etapas do PIRF (pré-obras, obras, pós-obras).
	Promover associações ligadas a movimentos culturais e artísticos a fim de estimular a participação da juventude.	Oficina de organização de eventos visando à promoção de movimentos culturais e artísticos. Oficina de identificação e desenvolvimento de talentos artísticos da comunidade.
	Remunerar os líderes, visto que muitos não conseguem estar à frente das organizações porque precisam trabalhar e não lhes sobra tempo.	Seminários e cursos de elaboração de projetos sociais para a comunidade e identificação de editais de financiamento.
	Fortalecer as entidades parceiras e suas ações, bem como promover a união entre as entidades.	Fóruns de entidades parceiras para identificar possibilidades de atuação conjunta em todas as etapas do PIRF. Seminários de planejamento de negociação e apoio material e financeiro aos projetos educativos já existentes na comunidade.
	Fornecer à comunidade o conhecimento sobre o PIRF e construir conjuntamente instrumentos de acompanhamento e avaliação de cada etapa do plano.	Seminários de planejamento do processo de participação comunitária no acompanhamento da execução e da avaliação de cada etapa do PIRF. Formação em Orçamento Público e Transparência. Formação em Licitação e Contratação. Formação em Regularização Fundiária.

<p>redução de doenças, da melhoria dos níveis de saúde da população, da inserção urbana, da mobilidade social, além da redução do desperdício da água e da energia para a elevação da qualidade de vida das famílias.</p>	<p>Propor formação continuada de sujeitos sociais na perspectiva do desenvolvimento humano e comunitário.</p>	<p>Campanhas educativas de conscientização quanto à redução do desperdício de água e energia, à gestão de resíduos sólidos, ao saneamento ambiental e à mobilização social. Oficina de ampliação da percepção sobre o conceito de qualidade de vida. Oficina de compartilhamento de experiências de convivência comunitária e desenvolvimento de novos acordos comunitários a partir dos empreendimentos.</p>
	<p>Elaborar programas de formação humana e profissional.</p>	<p>Cursos de corte e costura para adultos e idosos. Cursos de instrumentos musicais para jovens do bairro. Cursos de manicure, corte de cabelo, depilação, serviços gerais, culinária, bolos e doces, informática, línguas estrangeiras. Aulas de reforço escolar no contraturno das crianças e jovens. Implantação de novas sedes de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Implantação de tempo integral nos colégios da comunidade. Cursos de habilitação para o mercado de trabalho, tais como reciclagem, web design, eletricitista, conserto de aparelhos eletrônicos, pedreiro.</p>
	<p>Fortalecer os projetos sociais que desenvolvam atividades educativas já existentes na comunidade</p>	<p>Cursos de habilidades artísticas e musicais. Cursos profissionalizantes com certificação. Palestras educativas para a comunidade. Cursos de artes marciais, dança e reforço escolar. Rodas de conversa, debates e saraus educativos. Curso de formação em empreendimento solidário.</p>
	<p>Desenvolver ações socioeducativas de cunho sustentável.</p>	<p>Rodas de conversa sobre a constituição de espaços de lazer para as crianças e os jovens.</p>
	<p>Construir relações de pertença com o novo lugar, desenvolver o aprendizado sobre o sentido de coletividade e de comunidade, bem como aprender sobre os desafios da nova moradia e sobre o uso dos equipamentos internos e das áreas externas do condomínio que precisam ser observados.</p>	<p>Oficina de relações humanas e desenvolvimento da sociabilidade entre moradores(as) e dos sentimentos de pertença às novas configurações do espaço físico da comunidade.</p>



Fonte: elaboração da equipe.

Na publicação “Trabalho Social e Intervenções Habitacionais: reflexões e aprendizados sobre o Seminário Internacional”, elaborada pela Secretaria Nacional de Habitação, é destacado que “O trabalho social é um componente importante para que isto aconteça, com a preocupação de levar essas famílias a compreender o que é viver nessa nova condição” (BRASIL, 2011, p.7). Para tanto, destaca-se a necessidade de treinamentos na área da educação, do saneamento ambiental e da mobilização social, já que o aprendizado da convivência em vizinhança é fundamental. A respeito desse assunto, o Caderno Urbanístico (2020, p. 76) comenta:

A população da ZEIS está sujeita a um sistema de saneamento básico bastante deficitário, que propicia amplos problemas ambientais urbanos que repercutem, principalmente, na saúde pública e degradação dos ambientes naturais, como é possível perceber na poluição do canal do Lagamar. É constante, também, a presença de acúmulo de lixo nas vias, principalmente em locais onde não tem um uso específico, como terrenos baldios, e ausência de uma política pública de educação ambiental da população.

Além disso, o uso responsável e sustentável do espaço coletivo também deve ser priorizado, pois os(as) moradores(as) precisam encontrar a melhor forma de viverem no território. O Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS) (BRASIL, 2009), formulado com base na Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445 de 2007), traz embasamento para que as demandas da população voltadas para a área sanitária possam ser atendidas. Este Caderno de Participação Comunitária propõe ações condizentes com o PEAMSS, que apresenta as seguintes diretrizes: 1) Participação comunitária e Controle social, estimulando os sujeitos sociais a fazerem parte, concretamente, da formulação, execução e gestão das políticas públicas, mais especificamente dos serviços de saneamento; 2) Possibilidade de articulação: essa diretriz ressalta a necessidade de integração entre os órgãos públicos e a sociedade civil na realização de projetos e programas relacionados ao saneamento básico; 3) Ênfase na escala da localidade: é por meio da participação dos moradores que é possível uma maior aproximação à realidade da comunidade, necessária para que ocorra um conhecimento melhor sobre a qualidade de vida dos moradores; 4) Orientação pelas dimensões da sustentabilidade: as intervenções de saneamento básico devem ser realizadas juntamente com intervenções de natureza política, econômica, ambiental, ética, social, tecnológica ou cultural; 5) Respeito às culturas locais: valorizar o conhecimento popular é uma das formas de melhor inserir os moradores à educação ambiental. É necessário respeitar as tradições locais, e assim também o patrimônio histórico do local; 6) Uso de tecnologias sociais sustentáveis: técnicas simples, de baixos

custo e impacto, devem ser priorizadas como forma de atingir, de forma eficiente e eficaz, os atores sociais envolvidos (BRASIL, 2009).

O Caderno Urbanístico (2020, p. 10) propõe que as ações contribuam para a “diminuição dos impactos negativos e da degradação ambiental ocasionados pelo uso e ocupação urbana e propiciar relação de convivência sustentável dos moradores da ZEIS com o meio ambiente”. Tal objetivo está diretamente relacionado ao direcionamento aqui pontuado pelo Caderno de Participação Social, qual seja, o do necessário envolvimento e participação comunitária no entendimento, conscientização e criação de ações capazes de contribuir para elucidar problemas decorrentes das mudanças propostas. Promover o desenvolvimento de programas de educação ambiental e sanitária, também proposto pelo Caderno Urbanístico, será essencial para a eficácia do PIRF, o que deve ser realizado através de metodologias ativas que envolvam toda a comunidade no processo.

### 5.3 ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PARCERIAS

Falar em articulação comunitária e parcerias envolve inicialmente esclarecer as responsabilidades individuais e coletivas dos beneficiários dos serviços e dos equipamentos implantados na correta utilização e preservação dos serviços implantados.

A maioria dos(as) entrevistados(as) afirmou que não participa de associações e/ou luta coletiva do bairro. Mencionaram ainda que hoje as mobilizações por conquistas para o bairro estão enfraquecidas. Portanto, a responsabilidade e o envolvimento parecem estar comprometidos.

Quase todos(as) relataram que, quando há iniciativa de alguns(algumas) moradores(as) para “melhorar algo na comunidade”, isso influencia outros(as) moradores(as) a atuarem também. Ainda assim, a maioria diz não conseguir garantir iniciativas e assumir responsabilidades no bairro. Em face de tal realidade, as proposições efetuadas pela comunidade, no que tange a esse particular, referem-se a fortalecer ideias e iniciativas que promovam maior articulação das organizações comunitárias do Lagamar junto a instituições sociais capazes de implementar ações de desenvolvimento e educação ambiental.

O estímulo aos grupos e às organizações comunitárias para buscarem parcerias com as instituições sociais no sentido de desenvolver ações permanentes de educação ambiental que possibilitem atividades relacionadas à separação e à reciclagem de resíduos

sólidos, bem como a correta utilização das unidades sanitárias e da rede de esgoto, estava previsto no escopo da pesquisa e é fundamental no processo de execução do PIRF.

Enfatiza-se a importância das referidas parcerias posto que, conforme aponta o Caderno Urbanístico (2020), propostas serão formuladas no que tange à rede de distribuição de água, à rede de coleta, bem como ao tratamento de esgoto. Estas mudanças precisam de uma atenção específica no âmbito do incentivo à construção de uma cultura comunitária consciente de suas responsabilidades perante as transformações e a manutenção das obras constituídas.

Corroborando as propostas estipuladas pelo Caderno de Geração de Trabalho e Renda, ressalta-se ainda a importância da implantação, após compartilhamento de ideias entre a comunidade, de novas sistemáticas de coleta e destinação final dos resíduos sólidos. Construir conjuntamente ações vinculadas a esse tema pode trazer inúmeros benefícios à comunidade. Articulado tais ideias com a proposta do Caderno de Participação Social, enfatiza-se a importância da criação de cursos de Formação em Reciclagem e Gestão de resíduos e da constituição de cooperativas de catadores, preconizadas pelo Caderno acima referido.

Iniciativas tais como a promoção de intercâmbios entre as associações e lideranças, que permitam o conhecimento amplo dos trabalhos realizados por eles e a decorrente construção do espaço de interseção para formatar uma identidade comunitária capaz de representar a comunidade do Lagamar e, portanto, efetuar o controle social das obras, conscientizando, orientando e incitando a comunidade a participar, serão imprescindíveis.

Promover intercâmbio e troca de informações, otimizar as parcerias já existentes, realizar ações integradas deverão ser, também, o foco central a ser trabalhado. Foi possível coletar, sobre essa temática, as parcerias hoje atuantes na comunidade. Destacam-se, portanto, as parcerias da Fundação Marcos de Bruin e do Coletivo LGBT Flor no Asfalto, que funciona no espaço da própria Fundação; da Fundação Marcos de Bruin com o Posto de Saúde. O CRAS também tem parceria com o Posto de Saúde e recebe professores da Frente Beneficente, que promove oficinas e cursos para os usuários do referido equipamento municipal.

No entanto, os(as) entrevistados(as) apontaram que as parcerias não são intensificadas, tendo as associações trabalhado, por vezes, de modo isolado. Parcerias entre

escolas, igrejas e associações precisam ser fortalecidas, de acordo com os(as) entrevistados(as). Promover as articulações necessárias para que as parcerias possam efetivamente se estabelecer e se intensificar, contribuindo para o maior envolvimento da comunidade, é a grande proposição comum aos(às) entrevistados(as).

O 5º Quadro deste Caderno destaca as propostas para o fortalecimento das instituições da comunidade, apresentando articulações e parcerias que possam desenvolver ações permanentes no território da ZEIS. Ressalta-se, ainda, que o Conselho Gestor deve exercer o protagonismo em todas as propostas delineadas a seguir, bem como em todas as fases do PIRF.

**Quadro 5 - Articulação comunitária e parcerias**

EIXO IV	PROPOSTA	COMO FAZER
<b>Estímulo aos grupos e às organizações comunitárias para buscarem parcerias com as instituições sociais cujo objetivo será desenvolver ações permanentes de educação ambiental que possibilitem atividades relacionadas à separação e reciclagem de resíduos sólidos, bem como à correta utilização</b>	Fortalecer ideias e iniciativas que promovam maior articulação das organizações comunitárias do Lagamar com as instituições sociais capazes de promover ações de desenvolvimento e educação ambiental.	Levantamento de todas as instituições sociais que possam ser parceiras das organizações comunitárias do Lagamar quanto ao desenvolvimento de ações de educação ambiental.  Escolha das instituições que se coadunam com as ações propostas de educação ambiental pelo PIRF.  Acordo contratual com as parcerias, elencando os indicadores de acompanhamento e avaliação periódicas.
	Construir entre as diversas associações comunitárias do Lagamar e as instituições parceiras uma cultura consciente de suas responsabilidades no tocante à separação e à reciclagem de resíduos sólidos, bem como à correta utilização das unidades sanitárias e da rede de esgoto perante as transformações e a manutenção das obras constituídas.	Estabelecer acordos entre associações comunitárias do Lagamar e instituições sociais parceiras para o desenvolvimento de atividades orientadas à separação e à reciclagem de resíduos sólidos e à correta utilização das unidades sanitárias e da rede de esgoto.  Formular cronograma de execução das ações, desenvolvendo uma rotina em articulação com as capacitações propostas nos itens anteriores.

<b>das unidades sanitárias e da rede de esgoto.</b>	Promover intercâmbios entre as associações e lideranças, que permitam o conhecimento amplo dos trabalhos realizados por eles, contribuindo para formar uma identidade comunitária capaz de representar a comunidade do Lagamar.	Realização de fóruns e rodas de conversas para discutir, acompanhar, avaliar e criar estratégias para viabilizar a participação popular em todas as etapas do PIRF (pré-obras, obras e pós-obras).
---	---	--

Fonte: elaboração da equipe.

Conforme foi deslindado ao longo deste caderno, a criação de estratégias para viabilizar a participação popular é decisiva para um processo de reurbanização da comunidade, uma vez que, para a consecução do PIRF, é importante que os(as) moradores(as) do território estejam presentes no momento das tomadas de decisões, bem como no acompanhamento, fiscalização e avaliação das obras e demais intervenções.

Todas essas ações acima citadas são imprescindíveis para execução do PIRF. Contudo, todas elas devem estar fortemente articuladas com o Conselho Gestor da ZEIS Lagamar, posto que essa entidade deliberativa, composta tanto por moradores(as) como por representantes do poder público, tem como funcionalidade precípua, justamente, o acompanhamento de todas as etapas de execução do PIRF, como é possível observar:

Art. 5º. São atribuições do Conselho Gestor: I - Contribuir no processo de sensibilização, mobilização e capacitação dos seus membros e dos moradores residentes em ZEIS no processo de implementação desse instrumento jurídico-político; II - Participar da elaboração do PIRF, auxiliando o Poder Público: a) Na indicação de projetos relativos à habitação e à regularização fundiária; b) Na proposição e deliberação quanto às regras especiais de uso e ocupação do solo, obras e posturas; c) Na indicação dos projetos relativos às obras complementares de saneamento, infraestrutura e equipamentos urbanos relacionados à habitação; d) Na indicação das políticas públicas prioritárias para o território objeto do PIRF; e e) Na convocação de reuniões ampliadas com a comunidade sempre que necessário. III - Deliberar sobre o PIRF. IV - Auxiliar o Poder Público na implementação e no monitoramento do PIRF por meio de: a) Aprovação de relatórios periódicos sobre o andamento do PIRF; b) Aprovação de relatório de encerramento, quando da conclusão dos trabalhos do PIRF c) Mediação dos conflitos referentes à urbanização e à regularização fundiária local; e d) Negociação dos critérios de prioridade das remoções, mediante prévia consulta à comunidade, bem como acompanhar o cadastro das pessoas a serem removidas para lotes ou casas constantes do PIRF; §1º. Entende-se por negociação, a definição dos critérios de prioridade para as remoções a ser discutido no âmbito do Conselho Gestor da ZEIS. V - Elaborar ou alterar seu regimento interno, conforme o plano diretor e suas regulamentações; VI - Opinar, participar e dialogar com o Poder Público sobre os projetos e programas urbanos localizados nas ZEIS não contemplados no PIRF; e VII - Praticar outros atos e atividades compatíveis com suas atribuições (CONSELHO GESTOR DA ZEIS LAGAMAR, 2019).

Nesse sentido, fica patente a importância de promover a articulação do Conselho Gestor com os diversos segmentos da comunidade de modo que atuem de forma bastante

coordenada com os interesses dos(as) moradores(as). Sugere-se, portanto, a criação de fóruns permanentes sobre a urbanização e a moradia, participação popular, saúde, saneamento e educação. Os fóruns comunitários se constituem como espaços públicos construídos pela sociedade civil, ancoram-se na representação da comunidade e do Estado, dos seus profissionais e das instituições parceiras. Sugere-se ainda a formação de lideranças de rua ou de quarteirão para compor o assento nesse fórum.

**Quadro 6 – Propostas e passos metodológicos Consolidação de Fóruns Permanentes de Participação das Comunidades**

EIXO V	PROPOSTA	COMO FAZER
<b>Consolidação de Fóruns Permanentes de Participação das Comunidades juntamente com o Conselho Gestor</b>	Criação de fóruns permanentes sobre a urbanização e a moradia, participação popular, saúde, saneamento e educação, bem como fortalecimento do Fórum de Moradores.	<b>Passos metodológicos:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Integrar os diferentes saberes, atores e políticas sociais de acordo com os potenciais de organização e desenvolvimento social.</li> <li>2. Elaborar estratégias e diálogos participativos, visando a promover o engajamento dos moradores.</li> <li>3. Definir a periodicidade e espaço para a realização dos fóruns permanentes.</li> <li>4. Fomentar uma rede de cooperação, pactuação de ações e práticas emancipatórias na comunidade do Lagamar conforme propostas nos eixos anteriores, articulando às diversas políticas sociais integradas ao PIRF.</li> <li>5. Escolher metodologias que privilegiem o aspecto reflexivo-vivencial, o diálogo e a experiência.</li> <li>6. Capacitar representantes dos fóruns no desenvolvimento de uma postura ativa posicionada e articulada com a realidade local.</li> <li>7. Construir fluxos e procedimentos para realizar encaminhamentos, parcerias locais, promover ações continuadas, desenvolver a potencialidade da comunidade.</li> <li>8. Formar lideranças de rua, de quarteirão, travessa etc. a fim de comporem e facilitarem espaços abertos de diálogos entre toda a comunidade.</li> </ol>
	Promoção da articulação do Conselho Gestor com os diversos segmentos da comunidade.	Através da organização e execução dos fóruns permanentes, das rodas de conversas, capacitações e outras atividades propostas anteriormente nos eixos supracitados.

Fonte: elaboração da equipe.

Em relação à definição de ações de participação social nas etapas de pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras, conforme a Instrução Normativa nº 8 do Ministério das Cidades, 26 de março de 2009, e a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, do mesmo Ministério, o presente Caderno explicitará propostas concernentes à consulta mais aprofundada da comunidade.

Aponta-se como indicação técnica que o planejamento de obras urbanas voltadas para a população de baixa renda do Lagamar seja construído contando com ações vinculadas a uma efetiva participação popular. Participar é uma atitude voluntária, contínua e de longa duração. A participação pressupõe um conhecimento de rituais democráticos e é mister preparar a população para adquirir expertise nesse particular.

É necessário que a população seja instrumentalizada em todas as etapas do processo de execução do PIRF para garantir legitimidade às ações. Para isso, é preciso que políticas públicas sejam desenvolvidas nos diversos tópicos já mencionados, como o fortalecimento das organizações sociais, estimulando o debate de assuntos relativos à ZEIS; a capacitação de lideranças e sujeitos sociais no que diz respeito, especialmente, às questões relativas à moradia e comunidade; o fomento de programas educativos considerando as mudanças da dinâmica da comunidade decorrentes das obras urbanísticas etc.; a articulação entre as organizações sociais, assim como medidas que propiciem atitudes com responsabilidade individual e coletiva.

Um dos objetivos do Caderno Urbanístico é contribuir para a ampliação da oferta e a efetividade de assistência social para os moradores residentes na ZEIS. Portanto, corroborando tal posicionamento, o presente Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social considera ser necessário o acompanhamento periódico de profissionais que promovam atividades específicas direcionadas ao desenvolvimento social e comunitário. Manter o trabalho técnico e social durante as fases de pré-obra, obra e pós-obra do PIRF é o caminho indicado.

Para além da mudança no espaço físico, com o aparecimento de novas casas, ruas e equipamentos, no geral, é essencial que exista um efetivo trabalho social no território, já que o processo de regularização fundiária deve ultrapassar o recebimento da casa. Assim, “[...] o trabalho social não é simplesmente um apoio da obra. É um componente estratégico da política habitacional e urbana” (BRASIL, 2011, p. 24).



Em se tratando de políticas públicas, o Caderno de Geração de Trabalho e Renda propõe uma estreita conexão com essa perspectiva e sugere uma série de indicações, tais como a criação de lei de descontos em impostos municipais e estaduais para estabelecimentos que contratem pessoas que morem nas ZEIS; a criação de programas do Governo do Estado/Prefeitura de Fortaleza e FECOMÉRCIO de apoio à formação nos negócios, fornecendo mentores, treinamentos em espaços já existentes; a criação de fundos garantidores de crédito para facilitar o acesso aos empreendimentos solidários; a criação de programa de segurança na ZEIS, que promova a interface entre a comunidade e as forças de segurança do Estado e cidade de Fortaleza; a criação de programa de resíduos sólidos nas ZEIS, dentre outros.

Considera-se, para fins do Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, que tais iniciativas colocadas na instância das políticas públicas sejam fundamentais para garantir e assegurar os direitos e a efetividade das ações. O delineamento, a execução e um concreto acompanhamento das políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, darão maior legitimidade e visibilidade às ações propostas.

Percebe-se, por sua vez, que o Caderno Urbanístico (2020, p. 45) põe em relevância a questão dos equipamentos de saúde disponíveis à comunidade. Segundo informações coletadas: “Na oficina de participação com moradores da região, os presentes informaram que a equipe médica dos Postos de Saúde não é suficiente para o atendimento das demandas da população e que, muitas vezes, não é possível fazer diversos exames nesse equipamento”.

O Caderno de Participação Social e Desenvolvimento Social segue reafirmando a importância do investimento estatal na comunidade do Lagamar, bem como sugere que haja uma ampliação da rede de equipamentos da área de saúde e educação. É fundamental também aplicar políticas de lazer a fim de abrir novos espaços para a criação de vínculos na infância e na juventude. Essas ações estreitam os caminhos do envolvimento com grupos ligados à violência e à criminalidade.

#### 5.4 OUTRAS PROPOSTAS

As propostas explicitadas neste item dizem respeito a um esforço de projetar o PIRF em todas as suas etapas (pré-obra, obra, pós-obra), na perspectiva da participação e

envolvimento da comunidade da ZEIS Lagamar. Para tanto, algumas propostas serão aqui explicitadas.

O Caderno de Urbanismo orienta que será necessário pensar desde a rua até as habitações em seu entorno, no sentido de que em todos os momentos do processo deva ser mantido o objetivo de proporcionar aos moradores da ZEIS conforto e segurança nos deslocamentos diários, na implementação de infraestruturas básicas adequadas, nas moradias em condições dignas, sendo o seu entorno utilizado para lazer e socialização comunitária.

O Caderno Urbanístico (2020, p.76-77) enfatiza ainda que

[...] não será adotada a postura de remover todas as residências abaixo dos parâmetros gerais definidos para assentamentos precários ou que estejam em áreas de risco, a equipe do Plano Urbanístico resolveu adotar outras alternativas frente à opção de remoção. Destaca-se que, no Plano Integrado de Regulação Fundiária da ZEIS Lagamar, o que se denomina **intervenção** é compreendida em três situações possíveis: **reforma, realocação e reassentamento**.

É primordial, portanto, que os beneficiários desses serviços entendam o projeto e possam compreender essa nova realidade pela participação efetiva de todos os envolvidos. Ações técnicas e operacionais podem ser aqui dimensionadas, sempre com a característica de contribuir para o fortalecimento da organização comunitária e o exercício efetivo da participação social.

Bandeira (1999) entende que a participação é um instrumento capaz de promover a articulação entre os sujeitos sociais, fortalecendo a coesão da comunidade e melhorando a qualidade das decisões, tornando mais fácil atingir objetivos comuns. A estratégia de participação comunitária na ZEIS do Lagamar precisa compreender o necessário processo de fortalecimento da identidade e dos vínculos comunitários em torno de objetivos comuns, além de construir instrumentos e metodologias de gestão comunitária.

Tais metodologias devem abranger a mobilização comunitária para o aprendizado da gestão compartilhada, para o exercício da democratização do poder local, para a constituição criativa de canais de participação social e de um sistema de informações aberto e descentralizado, além da ampliação de parcerias.

Estabelecer uma metodologia de planejamento, acompanhamento e avaliação comunitária pode ser decisivo para o engajamento dos sujeitos sociais envolvidos no processo. A criação de uma sistemática que envolva essas três etapas de trabalho visa a

otimizar o esforço conjunto. Nesse aspecto, essa sistemática pretende unificar as ações dos diversos atores envolvidos.

O que se quer pontuar aqui é que o planejamento comunitário deve conceber a formulação de cronogramas de trabalho, a definição de lideranças e sujeitos responsáveis pelas ações determinadas pela comunidade, os indicadores de avaliação dos resultados de cada etapa e a definição dos resultados propriamente ditos. Chama-se aqui a atenção para o processo de acompanhamento e monitoramento, que precisa ser também constituído pela comunidade, para que ela possa identificar as questões que se apresentam passo a passo, inclusive para a correção de rumos. A avaliação participativa deve estar presente a todo o momento e deve servir de base para o replanejamento das ações.

A proposta metodológica deve abranger a perspectiva de integração, focada em uma ação colegiada, visando a atender aos compromissos gerados pelo PIRF, negociados e aprovados pela comunidade, e à manutenção do processo contínuo de mobilização e formação de lideranças.

É necessário que tal metodologia proporcione aos sujeitos envolvidos a capacidade de compartilhar experiências, aprender a pensar estrategicamente e responder criativamente a situações novas e inusitadas que possam se apresentar ao longo do processo de operacionalização do PIRF.

Tal enfoque metodológico precisa contribuir para que a comunidade possa discutir, em bases críticas, problemas comunitários de toda a ordem que vierem a surgir ao longo do processo; e comunicar-se de forma grupal ou intergrupal e comunitária, buscando estabelecer parcerias capazes de promover o exercício do diálogo, da negociação, da argumentação e do questionamento, buscando soluções pautadas na solidariedade e respeito mútuo.

No que tange às relações de parceria, propõe-se que entre os técnicos responsáveis pela execução do PIRF, anteriormente negociado com o Conselho Gestor do Lagamar e a comunidade da ZEIS, ocorra definição exata dos papéis complementares, assim como a delimitação de responsabilidades e da autoridade de ação de cada parte, dentro de um enfoque ativo e de construção conjunta do trabalho. Por outro lado, tudo isso deve ser encaminhado numa perspectiva de planejamento e de resultados a serem alcançados e pelos quais as partes responderão ativamente sempre que se fizer necessário, no sentido de promover as necessárias correções e ajustes.

Em face das considerações acima efetuadas, as seguintes ações são aqui propostas:

1. Desenvolver um trabalho de mobilização comunitária permanente em todas as etapas do processo.
2. Criar outros grupos representantes auxiliares para acompanhar o andamento dos trabalhos referentes ao projeto e, nesse sentido, estabelecer resultados, atividades, papéis, contratos e pactos éticos de funcionamento.
3. Definir calendário com reuniões periódicas.
4. Constituir a memória de campo de todo o projeto a partir da visão da comunidade.
5. Contribuir para que a comunidade tenha acesso ao máximo de informações disponíveis sobre todo o processo, através de canais eficazes de informação já citados neste plano em outras etapas.
6. Montar encontros de capacitação visando a facilitar a internalização de conceitos, métodos e práticas inerentes ao PIRF.
7. Realizar atividades de atualização em momentos específicos do PIRF a cada etapa, inclusive para feedbacks sobre os trabalhos e debates sobre temas conjunturais relacionados.
8. Criar instrumentos de acompanhamento e controle comunitário do PIRF.

Essas ações também são pontuadas na página seguinte. No Quadro 7, foram enumerados pontos metodológicos e ações operacionais para as etapas do PIRF.

Quadro 7 – Sugestões de ações para a implantação das ZEIS

EIXO VI	PROPOSTA	COMO FAZER
<p><b>Definição de ações de participação social nas etapas de pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras, conforme a Instrução Normativa nº 8 do Ministério das Cidades, 26 de março de 2009, e a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, do mesmo Ministério, ou legislação mais recente, se houver.</b></p>	<p>Manter o trabalho técnico e social durante a pré-obra, obra e pós-obra.</p>	<p>Contratar técnicos da área social para o desenvolvimento das ações em <b>todas</b> as etapas do PIRF.</p>
	<p>Criar metodologia que abranja a mobilização comunitária para o aprendizado da gestão compartilhada.</p>	<p>Estabelecer uma metodologia de planejamento, acompanhamento e avaliação comunitária. Criar uma sistemática que envolva toda as etapas (pré-obra, obra e pós-obra) do PIRF. <b>No planejamento de cada etapa (pré-obra, obra e pós-obra):</b> 1. Formular cronograma de trabalho. 2. Definir as lideranças e os sujeitos responsáveis pelas ações determinadas pela comunidade. 3. Delinear os indicadores de avaliação dos resultados de cada etapa. 4. Estipular os resultados propriamente ditos e definir os indicadores. <b>No acompanhamento de cada etapa (pré-obra, obra e pós-obra):</b> 1. Elaborar os critérios de acompanhamento, estipulando a qualidade, as condições, o grau de autonomia e autoridade dos moradores e lideranças na interlocução com os técnicos responsáveis pela execução do PIRF. <b>Na avaliação de cada etapa (pré-obra, obra e pós-obra):</b> 1. Analisar comparativamente o que foi acordado em termos de indicadores de resultados e o que foi realizado.</p>
	<p>Desenvolver ações operacionais gerais de cada etapa (pré-obra, obra, pós-obra).</p>	<p>1. Desenvolver um trabalho de mobilização comunitária permanente em todas as etapas do processo. 2. Criar outros grupos representantes auxiliares para acompanhar o andamento dos trabalhos referentes ao projeto e, nesse sentido, estabelecer resultados, atividades, papéis, contratos e pactos éticos de funcionamento. 3. Definir calendário com reuniões periódicas. 4. Constituir a memória de campo de todo o projeto a partir da visão da comunidade. 5. Contribuir para que a comunidade tenha acesso ao máximo de informações disponíveis sobre todo o processo, através de canais eficazes de informação já citados neste plano em outras etapas. 6. Montar encontros de capacitação visando a facilitar a internalização de conceitos, métodos e práticas inerentes ao PIRF. 7. Realizar atividades de atualização em momentos específicos do PIRF a cada etapa, inclusive para feedbacks sobre os trabalhos e debates acerca de temas conjunturais relacionados. 8. Criar instrumentos de acompanhamento e controle comunitário do PIRF.</p>

Fonte: elaboração da equipe.

Destarte, acredita-se que tais proposições devem brotar da comunidade, de suas descobertas, conhecimentos e necessidades e de procedimentos simples, eficientes e apropriados às especificidades do Lagamar. As recomendações propostas por este caderno, portanto, são essenciais para assegurar a eficácia e a legitimidade do PIRF.

#### 5.4.1 Indicadores propostos pela equipe técnica

O quadro a seguir apresenta os indicadores de resultados que a equipe técnica delineou. Ressalte-se que tais indicadores precisam ser validados pela comunidade.

**Quadro 8 - Apresentação dos indicadores de cada eixo**

<b>EIXOS</b>	<b>INDICADORES</b>
<b>EIXO I</b> - Papel das associações e dos grupos representativos de segmentos da população no controle social das políticas públicas.	Comunidade capacitada e compreendendo a importância da gestão comunitária. Associações articuladas utilizando mecanismos de comunicação eficazes na transmissão das informações das atividades a serem desenvolvidas. Lideranças engajadas e comprometidas com o interesse da comunidade e legitimadas pelo grupo que representam. Associações organizadas, engajadas na luta social e desenvolvendo atividades regulares e consonantes com os interesses da comunidade.
<b>EIXO II</b> - Questões de formalização e legalização das entidades representativas e sobre organização dos condomínios nos empreendimentos verticalizados (legislação, objetivos, organização e funcionamento).	Entidades representativas da comunidade compreendendo o sentido da participação, da organização política e dos aspectos jurídicos e normativos que a compõem e sobre a organização e funcionamento dos condomínios nos empreendimentos verticalizados. Organismos representativos da população criados e mantidos por comissões de interesse. Entidades representativas da comunidade formalizadas e legalizadas.
<b>EIXO III</b> – Estabelecimento de programas educativos (oficinas, campanhas, seminários,	Comunidade mobilizada e informada sobre as atividades desenvolvidas pelas associações. Líderes organizados em torno de estratégias de mobilização comunitária comuns e capazes de

<p>fóruns, rodas de conversa e outros) para formação de lideranças e demais pessoas da comunidade sobre a infraestrutura a ser implantada no empreendimento, indicando seu valor e importância como equipamento colaborador da redução de doenças, da melhoria dos níveis de saúde da população, da inserção urbana, da mobilidade social, além da redução do desperdício da água e da energia para a elevação da qualidade de vida das famílias.</p>	<p>informar a população sobre todas as etapas do PIRF.  Líderes capacitados em elaboração de projetos e em identificação de fontes de financiamento.  Entidades parceiras identificadas e unidas em atuação conjunta em todas as etapas do PIRF.  Comunidade dominando os conhecimentos sobre o PIRF.  Sujeitos sociais informados e conscientizados quanto à redução do desperdício de água e energia, à gestão de resíduos sólidos, ao saneamento ambiental, à mobilização social, bem como compartilhando experiências de convivência comunitária.  Programas de formação humana e profissional desenvolvidos na comunidade.  Projetos sociais criados ou reativados desenvolvendo atividades educativas.  Comunidade conscientizada sobre os desafios da nova moradia e capaz de estabelecer acordos de convivência e pactos de sociabilidade entre os moradores e sua relação com o ambiente.</p>
<p><b>EIXO IV</b> - Definição de ações de participação social nas etapas de pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras, conforme a Instrução Normativa nº 8 do Ministério das Cidades, 26 de março de 2009, e a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, do mesmo Ministério, ou legislação mais recente, se houver.</p>	<p>Organizações comunitárias do Lagamar articuladas com instituições sociais de referência em desenvolvimento e educação ambiental, especialmente quanto à separação e à reciclagem de resíduos sólidos, à correta utilização das unidades sanitárias e da rede de esgoto.</p>
<p><b>EIXO V</b> - Consolidação de Fóruns Permanentes de Participação das Comunidades juntamente com o Conselho Gestor.</p>	<p>Fóruns constituídos e atuando permanentemente.  Conselho Gestor promovendo ações de articulação com os diversos segmentos da comunidade.</p>
<p><b>EIXO VI</b> - Definição de ações de participação social nas etapas de pré-contratação, pré-obras, obras e pós-obras, conforme a Instrução Normativa nº 8 do Ministério das Cidades, 26 de março de 2009, e a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, do mesmo Ministério, ou legislação mais recente, se houver.</p>	<p>Sistemática de planejamento, acompanhamento e avaliação de todas as etapas do PIRF (pré-obras, obras, pós-obras) construída em conjunto com a comunidade e de modo participativo e posto efetivamente em execução em todo o processo.</p>

Fonte: elaboração da equipe.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PIRF tem como um dos objetivos principais garantir subsídios técnicos e científicos para que a regularização fundiária ocorra respondendo às necessidades da zona especial em questão. Vale ressaltar que o Caderno de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social foi elaborado contando com o diálogo permanente, integrado e articulado entre os membros que compunham as diversas equipes técnicas da Universidade Estadual do Ceará.

Diante do exposto, reafirma-se que a implementação do PIRF representa um marco na garantia de uma série de direitos dos(as) moradores(as) do Lagamar, comunidade marcada pela desigualdade social e pela infraestrutura urbana precária.

Acrescenta-se, ainda, que este Caderno resulta de uma pesquisa minuciosa, sob o princípio consultivo ao Lagamar, para registrar a história, a resistência e as dificuldades que a comunidade atravessa. O presente Caderno partiu da noção de que é necessário serem destacadas as potencialidades e as fragilidades do território para que estratégias de fortalecimento comunitário sejam desenvolvidas com os(as) moradores(as).

Consubstanciando-se nos princípios estabelecidos desde o início até a finalização do presente documento, buscou-se uma pauta de ações calcada no respeito à diversidade, na cultura local e na elaboração de estratégias de ação conjuntas e condizentes com as necessidades observadas pela comunidade. Procurou-se ajustá-las à perspectiva delineada pelo PIRF, o que mobilizou a equipe técnica a pensar sobre horizontes de possibilidades ao vislumbrar a execução do plano. Aponta-se a necessária validação pela comunidade de todas as propostas que foram feitas e explicitadas nesse documento, bem como as proposições elaboradas pela equipe que consolidou esse Caderno.

Foram realizadas visitas à Zona Especial do Lagamar, além de entrevistas individuais e coletivas, objetivando entender a atual condição do território. Acredita-se que a efetividade desse trabalho depende do envolvimento de todos os sujeitos sociais, tanto da sociedade civil quanto do Estado, uma vez que tais sujeitos se inserem nas relações de produção e reprodução social e as questões culturais, econômicas, ambientais, dentre outras, estão inseridas no direito à moradia digna.



Compreendendo que o Plano Diretor está sendo alvo de novas análises para validações, espera-se que as contribuições feitas pelos cadernos participantes deste trabalho sejam significativas no fortalecimento das lutas e anseios da comunidade.

Reafirma-se ainda que as propostas aqui delineadas contaram com a escuta da comunidade, mas precisam ser revalidadas, diante de aspectos aqui incluídos, a partir da análise técnica realizada. A construção coletiva do conhecimento propiciou um aprendizado mais aprofundado da realidade do Lagamar, o que para a equipe técnica, que ora finda a escrita desse documento, contribuiu para ampliar percepções, encontrar novos sentidos e perspectivas de ação em nível profissional e pessoal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_publicacao/20\\_publicacao06062011041901.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao06062011041901.pdf). Acesso em: fev. 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Habitação. **Trabalho Social e Intervenções Habitacionais - Reflexões e aprendizados sobre o Seminário Internacional**. 2011. Disponível em: [https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/areas-tecnicas/assistencia-social/2011/Cidades\\_Web\\_Final\\_02.pdf](https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/areas-tecnicas/assistencia-social/2011/Cidades_Web_Final_02.pdf). Acesso em: jan 2020.

CONSELHO GESTOR DA ZEIS LAGAMAR. **Regimento Interno**. Fortaleza, CE. 2019.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling**: uma descrição dos métodos. Porto Alegre: UFRGS, 2013. 52p. Monografia, Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DIÓGENES, Glória Maria. **O eu e o outro**: a constituição da identidade política dos movimentos sociais. 1989. 213f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1989.

FORTALEZA. **LEI COMPLEMENTAR Nº 062, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009** Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/PDPFOR-Plano-Diretor-1.pdf>. Acesso em: jan 2020.

FUNECE. **Plano de trabalho de estudo e elaboração dos PIRFs das ZEIS prioritárias do Lagamar, do Moura Brasil e do Pirambu**. Fortaleza, CE. 2019.

GOMES, M. P. A. **A cidade em disputa**: a trajetória de um movimento social. 2013. 237f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6420/1/2013-DIS-MPAGOMES.pdf>. Acesso em: 03 fev 2020.

HELLER, Agnes. **Cotidiano e história**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.

LAGAMAR: lutar e morar em Fortaleza. **Observatório das Metrôpoles**. Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia, Fortaleza, Janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/lagamar-lutar-e-morar-em-fortaleza/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

RIOS, Kênia Souza. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: EdUFC, 2014.

VERAS C. M. C.; C. F. S. FREITAS. **Participação Popular no Plano Diretor 2019**: a ZEIS do Lagamar. Encontros Universitários da UFC, Fortaleza, v. 3, 2018.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### 1. PROPOSTA DE INSTRUMENTAIS PARA O TRABALHO DE CAMPO

Dentro das estratégias de trabalho, vislumbra-se, de modo concreto, uma ação direcionada especificamente às fases abaixo explicitadas, com as correspondentes propostas de instrumentais.

#### a. Fase diagnóstica

A fase de diagnóstico obedecerá às etapas subsequentes e constará dos seguintes instrumentais:

1. Planejamento do roteiro para a aproximação teórica com a realidade através do levantamento bibliográfico, documental, infográfico, dentre outros, que resgatem informações sobre a comunidade, sua história, cultura, lutas sociais, equipamentos, atores, atividades socioeconômicas, área geográfica, censo comunitário, organizações não governamentais, índice de violência etc.
2. Visita às comunidades para apresentação do escopo do projeto às suas lideranças e detecção de todas as informações disponíveis sobre a comunidade em que o trabalho esteja inserido; levantamento de informações sobre aparelhos comunitários, governamentais, comerciais e principais forças políticas e econômicas presentes e atuantes na região; levantamento dos perfis das lideranças comunitárias, suas necessidades de treinamento nessa área e seleção da viabilidade das parcerias.

### ROTEIRO DE APROXIMAÇÃO TEÓRICA

#### INSTRUMENTAL 1

Levantamento bibliográfico, documental e infográfico, que destaque os seguintes aspectos:

- História da comunidade, contexto do surgimento e principais fatos
- Localização e características
- Caracterização dos moradores
- Pontos positivos e negativos da comunidade
- Caracterização social da área, da população, etnia, gênero
- Características do convívio urbano
- Histórico de luta
- Estigmas vivenciados
- Principais ocupações

## APÊNDICE B

<b>ASSOCIAÇÕES/ORGANIZAÇÕES DO BAIRRO</b>
---

Rodada nº \_\_\_\_\_

Nº total de pessoas na rodada \_\_\_\_\_

- Vocês conhecem e sabem quais são as associações/organizações? (Diz para mim as organizações que têm aqui no bairro e que realmente funcionam?)

Nº de SIM \_\_\_\_\_

NÃO \_\_\_\_\_

Quais?

---



---



---



---

Quais as mais atuantes? Quais as menos atuantes? Por quê?

Mais atuantes:

---

Menos atuantes:

---

Quem participa de alguma delas? (Levanta a mão quem participa de alguma delas)

Nº dos que participam \_\_\_\_\_

Nº dos que não participam \_\_\_\_\_

- Elas trabalham juntas?

SIM \_\_\_\_\_

NÃO \_\_\_\_\_

Que sugestões vocês dariam para essas associações?

---



---



---

<b>LIDERANÇAS</b>
-------------------

Rodada nº \_\_\_\_\_

Nº total de pessoas na rodada \_\_\_\_\_

- As lideranças que vocês conhecem fazem parte desses lugares? (As lideranças que vocês conhecem fazem parte das organizações?)

SIM \_\_\_\_\_

NÃO \_\_\_\_\_

NÃO SEI \_\_\_\_\_

- Como vocês avaliam o trabalho deles?

MÉDIO \_\_\_\_\_ BOM \_\_\_\_\_ ÓTIMO \_\_\_\_\_ RUIM \_\_\_\_\_

PÉSSIMO \_\_\_\_\_ NÃO SEI \_\_\_\_\_ OUTROS \_\_\_\_\_

- Precisam de que para melhorar?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**PROGRAMAS EDUCATIVOS**

Rodada n° \_\_\_\_\_

N° total de pessoas na rodada \_\_\_\_\_

- Alguma dessas organizações atua ligada a programas educativos?  
Quais?

N° de SIM \_\_\_\_\_

NÃO \_\_\_\_\_

Quais?


- Quais melhorias vocês poderiam sugerir?

---

---

---

---

---



**PROGRAMAS EDUCATIVOS**

Rodada n° \_\_\_\_\_

N° total de pessoas na rodada \_\_\_\_\_

- Alguma dessas organizações atua ligada a programas educativos? Quais?  
N° de SIM \_\_\_\_\_ NÃO \_\_\_\_\_

Quais?

_____	_____
_____	_____
_____	_____

- Quais melhorias vocês poderiam sugerir?

_____
_____
_____
_____
_____

<b>RESPONSABILIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS</b>
--

Rodada nº \_\_\_\_\_

Nº total de pessoas na rodada \_\_\_\_\_

- Vocês conhecem e sabe quais são as associações/organizações? (Diz para mim as organizações que tem aqui no bairro e que realmente funcionam)?

Nº de SIM \_\_\_\_\_

NÃO \_\_\_\_\_

Quais?

	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

- Qual o seu grau de envolvimento no processo de desenvolvimento da comunidade do Lagamar? (levanta a mão que faz parte de alguma associação ou realiza alguma atividade em prol da comunidade)

Nº de SIM \_\_\_\_\_

NÃO \_\_\_\_\_

- Como você avalia o grau de envolvimento da comunidade nesse processo?

MÉDIO \_\_\_\_\_ BOM \_\_\_\_\_ ÓTIMO \_\_\_\_\_ RUIM \_\_\_\_\_

PÉSSIMO \_\_\_\_\_ NÃO SEI \_\_\_\_\_ OUTROS \_\_\_\_\_

- Que responsabilidades individuais e coletivas deveriam ser constituídas pelos beneficiários dos serviços e dos equipamentos implantados?

---



---



---



---